

**ATA N.º 24/2019**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2019:**

No dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e doze minutos, no auditório da biblioteca municipal de Palmela, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e Palmira Maria Santinhos Hortense.

**SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:**

Na sequência do pedido de substituição para o período de 22 a 26 de novembro de 2019, apresentado pelo Sr. Vereador José Calado Gertrudes, foi convocada, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Palmira Maria Santinhos Hortense. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

O **Sr. Presidente** cumprimenta o executivo camarário, jornalistas, dirigentes e trabalhadores/as presentes.

**A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:**

**PONTO 1** – Desafetação do domínio municipal e afetação ao domínio privado de parcela de terreno com a área de 900 m<sup>2</sup>, e posterior celebração de contrato de comodato com a Associação de Moradores da Urbanização da Quinta da Torre

**PONTO 2** – 2ª Revisão ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022

**PONTO 3** – Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023

**PONTO 4** – Mapa de Pessoal 2020

**PONTO 5** – Pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo

**PONTO 6** – Pedido de autorização prévia dos investimentos candidatados ao «Portugal 2020» a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo

O **Sr. Presidente** refere que esta reunião não tem o Período Antes da Ordem do Dia, nem o Período destinado ao Público por ser extraordinária, facto pelo qual vai imediatamente dar início à Ordem do Dia.

## **ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.**

O **Sr. Presidente** apresenta a proposta:

### **GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA**

**PONTO 1 – Desafetação do domínio público municipal e afetação ao domínio privado de parcela de terreno com a área de 900 m<sup>2</sup>, e posterior celebração de contrato de comodato com a Associação de Moradores da Urbanização da Quinta da Torre.**

#### **PROPOSTA N.º GPC 01\_24-19:**

«O Município é proprietário de uma parcela de terreno com a área de 2.014,65 m<sup>2</sup>, que se localiza na Quinta da Torre, freguesia de Quinta do Anjo, e está integrada no domínio público municipal em virtude da cedência para equipamento de utilização coletiva no âmbito do alvará de loteamento n.º 260, confrontando do norte com Rua Amália Rodrigues e lote 34, do sul com Manuel Batata e Outros, do nascente com António Botas, e do poente com Domínio Público.

A Associação de Moradores da Urbanização Quinta da Torre, pessoa coletiva n.º 513558292, e com sede social em Rua Ivone Silva, n.º 1, loja, Quinta do Anjo, foi constituída no ano de 2015, desenvolvendo a sua atividade em torno dos interesses dos moradores, e assumindo-se como um parceiro local ativo, colaborando com o Município para o bem-estar dos seus moradores. Não obstante, a Associação não dispõe de instalações físicas.

Para o efeito da instalação da sua sede física, assim como de um parque canino e de uma horta comunitária, a Associação solicitou ao Município a cedência, em regime de contrato de comodato, de parte do prédio supramencionado, concretamente, da área de 900 m<sup>2</sup>, que confronta do Norte com Rua Amália Rodrigues, do Sul com Manuel Batata e Outros, do nascente e poente com Domínio Público.

Uma vez que tal área se encontra integrada em domínio público municipal, a cedência em regime de contrato de comodato terá que ser precedida de desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado, após o que será celebrado contrato de comodato a favor da Associação de Moradores da Urbanização Quinta da Torre, pelo período de 5 anos, renovável

sucessivamente por iguais períodos salvo se alguma das partes a isso se opuser, por via do qual a Associação instalará, sob pena de resolução contratual, a sua sede em contentor, onde desenvolverá de forma regular a sua atividade, bem como um parque canino e uma horta comunitária, não podendo, no entanto, proceder a qualquer implantação no solo ou movimentação de terras.

A Associação de Moradores obrigará-se-á ainda a apresentar anualmente à autarquia o plano de atividades do ano corrente, o relatório de atividades e relatório de contas (com parecer favorável do conselho fiscal) referente ao ano transato; a colaborar com o Município na realização de atividades sempre que tal lhe seja solicitado; e a manter e zelar pela segurança e bom funcionamento dos espaços que, nos termos do contrato, deva ocupar.

Em contrapartida, ao Município competirá acompanhar a atividade realizada pela Associação e salvaguardar que a integridade e manutenção da parcela são asseguradas nos termos acordados.

O contrato de comodato cessará, por resolução, em caso de incumprimento das obrigações contratuais estabelecidas, no caso de a Associação conferir ao bem dado em comodato um destino diverso do previsto, e ainda no caso de a Associação ser dissolvida ou de se encontrar em inatividade durante pelo menos três anos consecutivos, o que não confere qualquer direito indemnizatório à Associação.

Nestes termos, **propõe-se:**

1. Que, ao abrigo dos artigos 33º, nº1 al.ccc) e 25º, nº1 al. q) do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, se delibere propor à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado da parcela de terreno com a área de 900 m<sup>2</sup> localizada em Quinta da Torre, freguesia da Quinta do Anjo, que confronta do norte com Rua Amália Rodrigues, do sul com Manuel Batata e Outros, do nascente e do poente com Domínio Público, destinada a equipamentos de utilização coletiva e integrada no alvará de loteamento nº 260, juntando-se em anexo planta identificativa da área a desafetar;

Que, na condição da aludida desafetação do domínio público e subsequente afetação ao domínio privado se consumir, e nos termos dos artigos 23º, nº2 alíneas a) e 33º, nº1 al.g) do RJAL, seja aprovada a celebração de contrato de comodato com a Associação de Moradores da Quinta da Torre, pelo prazo de 5 anos, nos termos e para os efeitos supra mencionados, juntando-se em anexo proposta de contrato de comodato.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

**PONTO 2 – 2.ª Revisão ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022.**

**PROPOSTA N.º DADO 01\_24-19:**

«A 2ª Revisão ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022 tem por objetivo efetuar ajustamentos finais aos documentos previsionais, adequando-os à execução física e financeira que se estima vir a ocorrer até à conclusão do corrente ano económico, com projeções calculadas em função do histórico verificado até à data, em conjugação com a programação dos restantes meses do ano.

Receita:

No capítulo da receita efetuaram-se anulações no valor global de 4.497.688,00 € (quatro milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, seiscentos e oitenta e oito euros), as quais incidem sobre as rubricas «Transferências correntes», «Transferências de capital» e «Passivos financeiros», em resultado da reprogramação de diversas obras e projetos cofinanciados por fundos comunitários, administração central e empréstimo de Médio e longo prazo contratado, e sobre as rubricas de «Impostos indiretos – Loteamentos e Obras», «Venda de bens e serviços correntes - Venda de água, Saneamento e Resíduos Sólidos».

Despesa:

No capítulo da despesa os principais movimentos resultam, no essencial, de:

- Anulações nas despesas com Pessoal tendo em consideração a execução verificada até à data;
- Alterações às Grandes Opções do Plano.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual de 37,8 milhões de euros passam, após esta Revisão, a dispor de uma dotação no valor de 34 milhões de euros. Os principais reforços efetuados nas GOP são os seguintes:

Funções Sociais:

- Reforço da dotação da ação «Captação e Estações de Tratamento – Aquisição, Conservação e Manutenção de Equipamento Eletromecânico»;
- Reforço da dotação de ações do projeto «Remoção e Tratamento de Resíduos Sólidos»;
- Reforço da dotação de ações do projeto «Espaços Verdes e Paisagismo»;

Outras Funções:

- Reforço da dotação da ação «Aquisição de Terrenos».

Para além dos reforços enunciados efetuaram-se anulações nas GOP no valor global de 4.212.994 € (quatro milhões, duzentos e doze mil, novecentos e noventa e quatro euros), decorrentes, no essencial, de alterações de programação (ações cuja execução financeira

ocorrerá total ou parcialmente em 2020 e anos seguintes) ou de verbas excedentárias (dotações afetas a ações já concluídas e cujo valor final foi inferior ao previsto).

O total do Orçamento após a 2ª Revisão é de 55.933.195,25 € (cinquenta e cinco milhões, novecentos e trinta e três mil, cento e noventa e cinco euros e vinte e cinco cêntimos) que representa um decréscimo de 7,44% relativamente ao Orçamento atual.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-Lei n.º 54 –A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se**, para posterior submissão a deliberação da Assembleia Municipal, a aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento de 2019 e Grandes Opções do Plano 2019/2022.»

**Sobre a proposta 2.ª Revisão ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022, numerada DADO 01\_24-19, o Sr. Presidente acrescenta o seguinte:**

. A proposta da 2ª revisão ao Orçamento de 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022 tem por objetivo efetuar ajustamentos finais aos documentos previsionais, adequando-os à execução física e financeira, que se estima vir a ocorrer até à conclusão do corrente ano económico, com projeções calculadas em função do histórico verificado até à data e em conjugação com a programação dos restantes meses do ano.

No capítulo da receita, efetuaram-se anulações no valor global de 4.497.688 €, as quais incidem sobre as rubricas de transferências correntes, transferências de capital e passivos financeiros, em resultado da reprogramação de diversas obras e projetos cofinanciados por fundos comunitários, administração central e empréstimo de médio e longo prazo contratado e sobre as rubricas de impostos indiretos, loteamentos e obras, venda de bens e serviços correntes como a venda de água, saneamento e resíduos sólidos.

No capítulo da despesa, os principais movimentos resultam, no essencial, de anulações nas despesas de pessoal, tendo em consideração a execução verificada até à data. Também alterações às Grandes Opções do Plano e, neste capítulo, as Grandes Opções do Plano têm a dotação atual de 37,8 milhões de euros e passarão, após esta revisão, a dispor de uma dotação de 34 milhões de euros.

Os principais reforços efetuados nas grandes Opções do Plano, nomeadamente no capítulo das funções sociais, são o reforço da dotação da ação captação estações de tratamento, de aquisição, conservação e manutenção de equipamento eletromecânico, no qual foi efetuado um reforço de 17.000€ para aquisição de bomba para o furo número 6 da Autoeuropa e aquisição de um grupo eletrobomba submersível para o furo PS 2 da ETA de Quinta do Anjo, que também tem estado a funcionar com dificuldades. O reforço da dotação de ações do projeto de remoção e tratamento de resíduos sólidos, uma vez que estão a aproximar-se do final do ano e é do conhecimento que o município tem recolhido milhares de toneladas acima da média, pelo que é necessário adquirir alguns serviços e também se verifica um acréscimo que, por quanto mais deposita, mais se paga na Amarsul, sendo também necessário mais 15.000 € para reforço dos

pagamentos à Amarsul. No reforço da dotação de ações do projeto espaços verdes e paisagismo, um reforço de 34.900€, não só para a aquisição de peças, ferramentas, flores de época, adubos e aquisição de serviços no âmbito da conservação e manutenção de espaços verdes e zonas públicas, uma vez que são espaços que têm uma dimensão enorme no concelho e que por administração direta não têm capacidade para os manter, pelo que o recurso a mais contratações de serviços é para já indispensável. Depois, destaca como inovação a aquisição de uma papeleira inteligente, a reabilitação de uma estufa que vai permitir poupar na aquisição de espécies, a aquisição de equipamento como roçadoras, sopradores, motosserras para as brigadas. Depois, nas outras funções, é efetuado um reforço da dotação da ação de aquisição de terrenos, uma vez que o município, em função do desenvolvimento de alguns processos e de algumas manifestações do mercado, procura vir a integrar no seu património algumas parcelas de terreno que têm interesse e utilidade pública. Por um lado, o município tem uma parcela que, no âmbito do Plano de Pormenor de Bancelos é importante adquirir ao particular, dado que para cumprir esse Plano é necessário fazer um arruamento e a aquisição desse terreno faz parte de um processo que já foi aprovado há anos e chegou agora a altura de fazer essa obra. Também a aquisição de um terreno que é identificado como aquele campo de jogos, ao lado da Igreja na Baixa de Palmela, que foi utilizado ao longo de anos com autorização de antigos proprietários pela Associação Ídolos da Baixa e vai ser adquirido em definitivo.

Para além dos reforços já enunciados, também se efetuaram anulações nas Grandes Opções do Plano no valor de 4.212.994 € que são decorrentes, no essencial, de alterações de programação de ações, cuja execução financeira irá ocorrer total ou parcialmente já em 2020 e anos seguintes, portanto, são neste momento verbas excedentárias que, no caso daquilo que diz respeito a obras cofinanciadas ou outras, têm de passar para o ano seguinte ou fazer desaparecer do orçamento. Depois, pela positiva, o município tem uma anulação de 107 mil euros referente a sistemas de informação, porque a execução apesar de estar programada, vai passar para os anos seguintes, que não representa propriamente um adiamento, mas relacionada com a programação dos investimentos, a montagem dos equipamentos e o contrato que foi estabelecido para pagamento, permite que só se execute em 2021. Em relação à ampliação e requalificação da Escola Básica de Cabanas e de acordo com o andamento das obras, não é estimável que se gaste 220 mil euros ainda este ano, pelo que a verba irá passar para o próximo ano. Na ação social e transportes, sobretudo, por causa de mudanças de rubricas orçamentais, há uma anulação de 68.500 €; depois, referente à instalação da Unidade de Saúde de Pinhal Novo, uma anulação no valor de 20.000€; uma verba no valor de 60.000€ referente à revogação do Protocolo de Cooperação com o Centro Social de Palmela, que aprovaram na última reunião de Câmara e terá de sair do orçamento.

Nas obras consideradas mais pesadas, nomeadamente a requalificação do Monte de Francisquinho, a requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho que está há 4 meses à espera do visto do Tribunal de Contas, a requalificação do antigo Edifício Pal, sobre o qual estão

a refazer o projeto, a regularização da Ribeira da Salgueirinha, obra que já poderia ter sido feita a reprogramação, mas que não foi feita porque, nos termos do cronograma financeiro acertado com PO-SEUR, tinha de estar programada durante todo o ano, portanto, a reprogramação que vai ser aprovada pelo PO-SEUR já coloca as verbas para 2020 e 2021, uma vez que são dois anos de obra. A remodelação do Jardim José Maria dos Santos e articulação com o antigo largo da Mitra em Pinhal Novo Sul e, também a ligação do largo adjacente à Rua Infante Dom Henrique, antigo largo da Mitra à zona central de Pinhal Novo, que são dois projetos, sendo que um é, de facto, a 2ª fase do Jardim José Maria dos Santos, o outro, o largo da Mitra e ambos, também aguardam aprovação de candidatura e naturalmente que já se gastou dinheiro em projetos, mas será necessário recorrer a empréstimo para a execução destas obras e, portanto, a verba que lá estava não vai ser gasta este ano. Em relação à obra de Fernando Pó que já está a decorrer, mas que demorou a arrancar e não é crível que se vá gastar todo o dinheiro que está cabimentado em 2019. Quanto à requalificação do Centro Comunitário da Águas de Moura, ainda não foi lançado o procedimento e por isso também só para o ano, irá fazer sentido ter esta obra e esperar pelo empréstimo. Quanto ao antigo Polidesportivo do Poceirão, está adjudicado desde junho, mas ainda aguarda o visto do Tribunal de Contas. Em relação à eficiência energética em edifícios municipais, o Cine Teatro São João, o apoio à eficiência energética, o PrArrábida, o CAFA que está adjudicado, mas que só vai ter realização financeira para o ano seguinte. Para o PrArrábida ainda é necessário acertar umas questões com o ICNF para poder lançar o procedimento, portanto, há aqui razões distintas, mas que claramente permitem entender que todas estas verbas, não tinha sentido ficar no orçamento, pelo que terão de ir para o ano seguinte e outras, esperar pelo financiamento de empréstimos.

No que diz respeito à execução de obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento e também de algumas empreitadas de remodelação das redes de águas residuais e de ramais, explica que no 1º caso, as 2 grandes empreitadas estão lançadas. Há uma que está em fase de diagnóstico, nomeadamente o loteamento Farias e Falcão de Carvalho, que só depois do diagnóstico é que se pode estimar os projetos e as obras, portanto, são 230 mil euros que transitam e que inclui as obras em substituição dos titulares dos alvarás. Mas também há 3 outras empreitadas de ampliação, remodelação, execução de ramais e remodelação da rede que, se por um lado, há uma obra com um valor de adjudicação mais baixo da qual podem despender deste dinheiro, por outro lado, tiveram a preocupação de fazer as empreitadas agora, que dá para 2 anos, uma vez que é impossível executar tudo no mesmo ano. Assim, aquilo que for executado este ano, é pago este ano, mas o grosso continuará, são empreitadas que ficam já em vigor para o próximo ano e que vão sendo pagas consoante os autos de medição.

O Orçamento de 2019 após a 2ª revisão, passa a ter um valor de 55.933.195,25 € e representa um decréscimo de 7,44% relativamente ao orçamento atual.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.**

### **PONTO 3 – Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023.**

#### **PROPOSTA N.º DADO 02\_24-19:**

«A presente a proposta de Orçamento para o ano económico de 2020 dá sequência ao ciclo de gestão autárquica iniciado em 2017, pelo que, do ponto de vista programático, as Grandes Opções do Plano 2020-2023 incluem todos os compromissos constantes do Plano de Trabalho sancionado pelos eleitores para o quadriénio 2018-2021, acrescidos de outros entretanto considerados prioritários, na sua maioria resultado das escolhas efetuadas pelos munícipes no âmbito do processo «Eu Participo».

Em termos financeiros o Orçamento de 2020 confirma as expectativas de crescimento previstas no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental» do ano transato, nomeadamente o incremento da atividade imobiliária com reflexo direto das receitas do município, em particular do Imposto Municipal de Transações (IMT), cuja dotação na presente proposta de orçamento aumenta, unicamente pela aplicação das regras do POCAL, 27,6%, face à proposta inicial de 2019. O crescimento do IMT merece um destaque especial, quer pela sua expressão em termos absolutos (constitui a receita própria do município com o maior crescimento, estimando-se que o exercício de 2019 quase duplique o valor obtido em 2016), quer pela consistência da evolução verificada desde de 2013 (excluindo o ano de 2015 em que se verificou uma ligeira quebra).

Como detalhadamente se procura demonstrar no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental» que consta da proposta de Orçamento para o ano económico de 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023, estamos ainda longe a nível nacional dos níveis de crescimento económico e de desafogo financeiro anteriores à crise, contudo é incontestável que a partir de 2015 se registou um crescimento consolidado das receitas próprias do município, com expressão modesta no início e um aceleração nos últimos anos. Nesse sentido, o orçamento ordinário para 2020 (sem contabilizar empréstimos, participações de fundos comunitários e outras transferências excecionais), mesmo restringido pelas regras do POCAL, acolhe um aumento materialmente relevante face ao valor inicial do orçamento do ano anterior: cerca de 3,3% (+1,422 milhões de euros, embora ligeiramente inferior ao crescimento verificado em 2019, que se situou nos cerca de 5,9% (+2,370 milhões de euros).

Este crescimento permite acomodar uma política fiscal mais favorável para as famílias – nomeadamente através de nova redução da taxa do IMI –, a oferta de novos benefícios sociais e o reforço dos existentes, e ainda, o aumento da capacidade de endividamento, que se revela indispensável para financiar o volume de investimento inscrito no Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

Em resumo, com a informação disponível e admitindo que esta conjuntura económica se manterá estável nos próximos anos, é espectável um crescimento modesto mas continuado do PIB e da taxa de inflação, com um incremento na atividade económica, que deverá abranger os sectores mais relevantes para as finanças das autarquias locais, resultando no crescimento sustentado das suas receitas, em particular do IMT, das Taxas de Licenciamento e da Venda de Bens e Serviços.

No capítulo da despesa confirmam-se as expectativas que uma parte substancial do aumento das disponibilidades financeiras do município seja absorvida com compromissos e encargos existentes, em consequência do efeito conjugado de diversos fatores, nomeadamente: crescimento, acima da taxa de inflação, dos preços de alguns bens e serviços em resultado de uma maior procura e do fim da quebra anormal de preços gerada pela recessão; crescimento exponencial de alguns bens e serviços, caso das refeições escolares, desbloqueamento das progressões, promoções e reposição do valor das horas extraordinárias.

Em virtude de o crescimento da receita não resultar, em 2020, num aumento da capacidade de autofinanciamento, torna-se necessário contratar um novo empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiar obras previstas no Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022, que se estima na ordem dos 7,5 milhões de euros, sendo que uma parte desse financiamento será contratada à banca comercial e outra ao Banco Europeu de Investimentos.

Apesar da visão otimista que a execução orçamental dos dois últimos anos permite e das expectativas favoráveis da economia nacional descritas no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental», há riscos e contingências que uma gestão responsável e transparente terá obrigatoriamente de acautelar, de que destacamos pela sua relevância:

- Confirma-se uma pressão acrescida sobre a despesa, que irá absorver uma parte substancial da potencial disponibilidade financeira gerada pelo crescimento da receita, tornando obrigatório o recurso ao crédito para a realização de novos investimentos, e a uma gestão muito exigente do aumento da despesa corrente, em particular a de natureza mais rígida;
- Está em curso o processo de decisão para a transferência de novas competências para as autarquias locais que, a concretizar-se, originará – como sempre ocorreu no passado –, mais pressão sobre os orçamentos municipais: mesmo que o governo transferisse a almofada financeira necessária a um bom desempenho das novas competências (o que, diga-se, nunca antes ocorreu) o simples facto de as mesmas serem agora realizadas por entidade mais próxima dos cidadãos, terá como consequência um aumento do nível de exigência de todos os atores, de que resultará, necessariamente, um incremento da despesa dos municípios;
- Apesar de a economia nacional apresentar melhorias, é notório e consensual que continua ainda muito vulnerável a fatores externos e dificilmente será possível manter a

tendência atual caso a conjuntura internacional se altere, seja em termos meramente económicos ou em resultado de um qualquer acontecimento geopolítico. Em ambos os casos existem ameaças suficientes para recomendar toda a prudência na análise na utilização das projeções e expectativas do desempenho da economia nacional. Sintoma inequívoco dessa incerteza está patente na revisão em baixa pela maioria dos organismos nacionais e internacionais das taxas do crescimento do PIB para os próximos anos, face às projeções existentes no ano passado: continuará haver crescimento económico mas mais modesto.

Em suma, com a informação de que dispomos, podemos concluir:

1. que as opções de gestão tomadas nos últimos anos (de agir com prudência, contendo a despesa, em particular a de natureza mais rígida e evitando cortes bruscos na estrutura da receita; de buscar permanentemente ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a libertar recursos para o investimento e para a atividade; de gerir os saldos de gerência com parcimónia e numa perspetiva plurianual, entre outras) se revelaram as mais corretas e permitem hoje ao município dispor de uma saúde financeira invejável no atual quadro nacional, atestada pela melhoria constante dos principais indicadores económico financeiros, pela ausência de pagamentos em atraso, pelo aumento da capacidade de endividamento e pela inexistência de qualquer constrangimento legal ao exercício das suas competências;
2. que apesar da melhoria evidente das expectativas económicas para os próximos anos, a modéstia do nível de crescimento do PIB e a dimensão dos riscos e ameaças existentes, recomendam a manutenção das principais orientações da política financeira do executivo,
3. que não sendo possível perspetivar um crescimento do orçamento municipal ordinário (sem contabilizar empréstimos, comparticipações de fundos comunitários e outras transferências excecionais) nos próximos anos muito acima das despesas correntes e de capital obrigatórias, ou seja que parte substancial do crescimento esperado da receita será absorvido por nova despesa, deverá ser equacionada a contração de novos empréstimos de médio e longo prazo, para acomodar novos investimentos, em particular os que decorrem de candidaturas ao Portugal 2020.

Finalmente, e em termos meramente formais, importa dar nota que a proposta de Orçamento para o ano económico 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 mantém a estrutura adotada a partir de 2015 a qual, recorde-se, para além da adaptação às exigências da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) incluiu outras inovações por opção do executivo municipal. A única alteração a essa estrutura resulta da adaptação do orçamento ao

modelo de organização dos serviços municipais recentemente aprovado, a qual implicou a criação e adoção de um novo classificador do código da orgânica.

Permanece a impossibilidade de apresentar a plurianualidade do orçamento, em virtude de se continuar a desconhecer os elementos que devem constar do documento a elaborar, por ausência de regulamentação específica, a qual deveria ter sido publicada pelo governo 120 dias após a publicação da nova Lei das Finanças Locais (cf. art.º 47º).

Ainda, neste âmbito, importa referir que os documentos previsionais foram elaborados de acordo com classificador e normas do POCAL, em virtude de o governo ter adiado para 2020 a aplicação do regime previsto no Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 setembro, que aprovou a criação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP).

Financeiramente, a proposta caracteriza-se por:

### **1. Orçamento**

O Orçamento apresenta um valor global de 47,291 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 10,6% relativamente ao orçamento inicial de 2019 e menos 21,7% face ao orçamento em vigor (o qual incorpora o saldo de gerência de 2018).

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza 22,7 milhões de euros, registando um aumento de 9,7%, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita (47,9%). O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), calculado com base na média dos últimos 24 meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação variável no IRS) totalizam 8,6 milhões de euros e representam 18,3% do total das receitas orçamentadas.

Os capítulos de Impostos Indiretos e de Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de 2 milhões de euros, representam 4,2% do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de 10 milhões de euros, representa 21% do total das receitas o que representa um decréscimo de 4% relativamente a 2019.

Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferência do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem nos 44 milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de 47,3 milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao «Portugal 2020» e de transferências do Estado para financiar investimentos da responsabilidade da administração central a executar pelo município. As despesas com investimento situam-se nos 8 milhões de euros no orçamento inicial.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 25 milhões de euros (52,8%), dos quais 8 milhões correspondem a investimento (31,9%);
- Pessoal: 20,6 milhões euros (43,6%);
- Despesas não imputadas às GOP: 1,7 milhões euros (3,6%).

As despesas com Pessoal aumentam 2,9% relativamente ao orçamento inicial de 2019.

As despesas não imputadas às GOP sofrem um decréscimo de 12,8%, face aos documentos previsionais iniciais de 2019.

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da Receita e Despesa para o ano 2020:

unidade: euro

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Diretos	22 663 632,00	47,9%	Pessoal	20 595 758,00	43,6%
Impostos Indiretos	1 083 095,00	2,3%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	12 368 070,00	26,2%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	892 158,00	1,9%	Encargos Correntes da Dívida	150 956,00	0,3%
Rendimentos de Propriedade	15 003,00	0,0%	Transferências Correntes	2 539 674,00	5,4%
Transferências Correntes	9 067 693,00	19,2%	Subsídios	780 000,00	1,6%
Venda de Bens e Serviços Correntes	9 951 259,00	21,0%	Outras Despesas Correntes	206 100,00	0,4%
Outras Receitas Correntes	40 000,00	0,1%			
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>43 712 840,00</b>	<b>92,4%</b>	<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>36 640 558,00</b>	<b>77,5%</b>
Venda Bens de Investimento	1 377,00	0,0%	Aquisição de Bens de Capital	8 291 178,00	17,5%
Transferências de Capital	3 571 135,00	7,6%	Transferências de Capital	276 560,00	0,6%
Passivos Financeiros	0,00	0,0%	Ativos Financeiros	62 850,00	0,1%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,0%	Passivos Financeiros	2 019 858,00	4,3%
<b>Total Receitas de Capital</b>	<b>3 572 514,00</b>	<b>7,6%</b>	<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>10 650 446,00</b>	<b>22,5%</b>
<b>Outras Receitas</b>	<b>5 650,00</b>	<b>0,0%</b>			
<b>Total Receita</b>	<b>47 291 004,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total Despesa</b>	<b>47 291 004,00</b>	<b>100,0%</b>

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 7,1 milhões de euros, que financia despesas de capital, respeitando assim o princípio do equilíbrio orçamental do POCAL. Nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é igualmente cumprida, existindo um diferencial positivo de 5,1 milhões de euros.

## 2. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 42,1 milhões de euros, dos quais 25 milhões com financiamento assegurado, diminuindo 19,1% quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2019 e apresenta a seguinte estrutura:

OBJETIVO	2020		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
<b>Funções Gerais</b>	<b>4 274 594</b>	<b>3 373 794</b>	<b>900 800</b>
Serviços Gerais da Administração Pública	3 604 950	2 924 150	680 800
Segurança e Ordem Públicas	669 644	449 644	220 000
<b>Funções Sociais</b>	<b>25 364 413</b>	<b>15 761 738</b>	<b>9 602 675</b>
Educação	4 956 737	3 627 537	1 329 200
Saúde	161 825	76 825	85 000
Segurança e Ação Social	604 322	211 702	392 620
Habituação e Urbanismo	1 694 029	899 891	794 138
Ordenamento do Território	102 295	67 295	35 000
Saneamento	6 048 935	3 720 976	2 327 959
Abastecimento de Água	2 260 963	859 443	1 401 520
Resíduos Sólidos	2 713 492	1 746 992	966 500
Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	2 110 296	1 022 530	1 087 766
Cultura	2 692 377	1 713 705	978 672
Desporto, Recreio e Lazer	2 019 142	1 814 842	204 300
<b>Funções Económicas</b>	<b>10 182 749</b>	<b>3 521 575</b>	<b>6 661 174</b>
Indústria e Energia	3 163 970	1 454 100	1 709 870
Transportes e Comunicações	5 870 401	1 387 647	4 482 754
Comércio e Turismo	1 016 728	644 178	372 550
Outras Funções Económicas	131 650	35 650	96 000
<b>Outras Funções</b>	<b>2 315 156</b>	<b>2 313 156</b>	<b>2 000</b>
<b>Total</b>	<b>42 136 912</b>	<b>24 970 263</b>	<b>17 166 649</b>

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Orçamento para o ano económico de 2020 e das Grandes Opções do Plano 2020-2023.»

**Sobre a proposta Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023, numerada DADO 02\_24-19, o Sr. Presidente acrescenta o seguinte:**

. Sublinha que os principais aspetos do Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023, para além do plano de mandato, para além daquelas grandes obras estruturantes, há muito reivindicadas no concelho e que, finalmente, 3 estão em curso, com uma delas a terminar, o município tem procurado acrescentar outros compromissos ao seu plano de trabalho, no debate com as populações, com as Juntas de Freguesia e outros agentes locais. O município tem-se empenhado na consolidação das linhas de trabalho e também noutras frentes atuais, como a eficiência energética, a defesa do ambiente, a promoção dos produtos e valores endógenos da competitividade e do posicionamento do município na AML, como também um forte incremento de trabalho na área da regeneração urbana e na valorização de uma entidade cultural de grande riqueza, com múltiplas facetas, desde um alívio fiscal com apoio às famílias, as questões da participação cidadã e uma política muito apostada na educação, como pilar

central para a construção da paz, no espírito dos objetivos de desenvolvimento sustentável 2030 que são transversais a várias áreas de atividade do município.

Para esta 2ª parte do mandato, espera-se uma forte dinâmica, com muitas obras que vão arrancar e outras que vão concluir-se e, certamente que 2020 será um ano decisivo, com muitas obras de projetos candidatados ao Portugal 2020 e outras que constam no plano de mandato, em particular na área da infraestruturação da rede viária.

Também um outro aspeto importante, do ponto de vista da política municipal, que é o seu relacionamento e a sua interação reivindicativa e propositiva com a tutela, uma vez que o município tem outros grandes projetos estratégicos que têm de ser concretizados neste mandato e para os quais tem dado os seus contributos e, por isso, continuar a reivindicar junto do atual governo, nomeadamente para a construção do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, o quartel da GNR de Poceirão, novas instalações para o CDOS, as variantes às EN 252 e 379, para além de outras matérias que são importantes na discriminação positiva no acesso a fundos, como a classificação de Marateca e Poceirão como freguesias rurais e a própria desagregação das freguesias. Depois, Palmela que é terra de música e músicos, de gente obreira, com produtos de excelente qualidade e de um riquíssimo património natural e cultural, tem uma atividade muito intensa, dinamizada pelo município e pelos seus agentes e, portanto, em 2020, esses eventos de referência serão acrescentados a outras dinâmicas que estão a ser trabalhadas em parceria com o movimento associativo e que fazem parte de uma estratégia de atração e afirmação económica, cultural e turística. Na área da proteção civil, destaca que há um reforço nesta área relacionado com o apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes e às Equipas de Intervenção Permanente e também estão a definir um conjunto de outros apoios ao investimento, com a preparação de outras candidaturas na área da proteção civil que não é só aos bombeiros, mas que também contribuirão para continuar a apoiar as 3 corporações de Bombeiros de Palmela que, certamente irão ter melhores condições de trabalho neste território.

Em relação à nova estrutura orgânica, sublinha que está desenhada para dar resposta a necessidades há muito identificadas, acrescentar eficácia e eficiência ao serviço e, também, para preparar o caminho para a chegada de novas competências e, nesta matéria, o município precisa de pessoal e de melhores instrumentos para o trabalho quotidiano.

O Orçamento 2020 e as Grandes Opções do Plano 2020-23 têm investimentos continuados na substituição da frota municipal, no reforço da maquinaria, na permanente atualização do parque informático, na aquisição de equipamento moderno e seguro e na melhoria de instalações municipais, da qual destaca a obra de reabilitação do edifício dos Paços do Concelho. Mas há também, um conjunto de outras intervenções a fazer noutros edifícios que aguardam saldo de gerência para se poder concretizar essas obras.

Depois, estando hoje na ordem do dia e devia estar sempre, estão as preocupações com o planeta que têm de ter uma visão holística e global, informa que o município vai ter um Plano, no âmbito da AML que será apresentado no dia 6 de dezembro. Porque, quando se fala das alterações climáticas, também tem de pensar-se em sistemas eficientes, na defesa da água pública e do bem-estar animal, na valorização da floresta autóctone, no pacto de Milão, na alimentação saudável, nos circuitos curtos de distribuição, na promoção da agricultura familiar em modo biológico, no incremento das energias renováveis, na educação ambiental, no aumento dos índices de reciclagem e compostagem e, portanto, isto é transversal a toda a organização, sem prejuízo dos pelouros a quem pertence e, 2020, será também o ano da candidatura da reserva da Biosfera da UNESCO, cujos trabalhos estarão concluídos nos primeiros dois meses do próximo ano para poder dar seguimento à candidatura. Estas são apenas algumas faces de uma ação integrada que corresponde ao compromisso assumido pelo município, no âmbito do Pacto dos Autarcas.

Com a maior fatia das Grandes Opções do Plano, com 63,12% e 15.761.738€, estão as funções sociais, especialmente a educação, com um contínuo pacote de grandes obras de ampliação e requalificação, que depois de terminadas as obras da EB de Cabanas, o município estará em condições para proceder ao lançamento de uma importante obra na EB Zeca Afonso em Pinhal Novo, com ampliação do refeitório, requalificação do logradouro e também obras importantes de requalificação, até mesmo de escolas mais modernas que, ao fim de alguns anos, já apresentam problemas que têm de ser intervencionados, a EB Joaquim José de Carvalho em Palmela e neste domínio, seja de espaço público ou no interior das escolas, nomeadamente os espaços de jogo e recreio escolares, serão alvo de particular atenção, porque é necessário que haja equipamentos de qualidade e segurança. Ainda neste capítulo, destaca o pavilhão desportivo da Escola Secundária de Palmela e o compromisso de 50% para cada um para avançar para esta obra e, espera que depois das eleições, seja possível celebrar em definitivo o Protocolo com o atual Secretário de Estado.

Os apoios socio educativos incluem tudo aquilo que têm vindo a aprofundar nos últimos anos, nomeadamente os transportes escolares, a alimentação escolar, o regime de fruta escolar que vai ser alargado, os auxílios económicos diretos, a distribuição gratuita dos cadernos de atividades do 1º ciclo, as atividades de animação e apoio à família, qualificando-as e diversificando-as, a atribuição de bolsas de estudo, o apoio aos projetos socio educativos das escolas, o incremento de programas como a receção à comunidade educativa, o Fantasiarte, o “aprender a nadar” que este ano letivo deixa de estar apenas cingido ao 3º e 4º anos de escolaridade e passa abarcar as crianças do 2º ano. Depois, também está em curso o plano inovador de combate ao insucesso escolar “Eu, conquisto o meu Sucesso”, o aprofundamento de vários projetos de envolvimento parental, ligação escola/comunidade, arte, cultura, desporto, literatura, capacitação de docentes e formação. Na saúde, será um ano em que não haverá verbas tão avultadas, uma vez que também não é uma competência direta do município

e como a Unidade de Saúde de Pinhal Novo está concluída, as despesas que se preveem no futuro, será com o funcionamento. Mas, também será um ano que irá ficar marcado pelo Plano de Saúde Local, que tem sido trabalhado com o ACES Arrábida, o projeto Saúde – Palmela e várias efemérides.

A segurança e ação social é um capítulo vasto, mas tem intervenções que são transversais e não estão exclusivamente incluídas em termos orçamentais neste capítulo, porque o volume financeiro que está em cada um destes capítulos, não significa que seja apenas essa a verba investida nessa área, portanto, procura-se investir junto dos grupos de risco mais vulneráveis, o PRIA “ Percursos em Rede para a Inclusão Ativa” já está em implementação e que vai ter uma fase de maior amplitude, com destaque para 3 projetos, a teleassistência que já arrancou para pessoas de idade maior, o programa de voluntariado “idade mais” e a disponibilização de uma viatura médico-social, ainda no contexto do envelhecimento da população. O município dá, assim, continuidade ao Programa Municipal de Apoio à Pessoas Idosa, Outubro Maior, o Clique Sem Idade, 50 +, o alargamento do cartão Idade Maior, que é também um dos objetivos, o trabalho e o reforço das parcerias na rede social, com apoio técnico, financeiro e logístico às IPSS que pretendam instalar ou qualificar as respostas sociais. Depois, se advier novos programas, como o “Pares”, acredita que o orçamento vai ter de crescer neste capítulo, porque o município nunca deixou de compartilhar localmente os investimentos das instituições do concelho. Na área da habitação e serviços coletivos, destaca o trabalho desenvolvido pelo Gabinete do Centro Histórico, nomeadamente o plano de ação para a regeneração urbana que abrange obras, como a dos Paços do Concelho, a Capela de São João Batista, como edifício Pal, o antigo quartel da GNR, o Centro de Interpretação das Reservas Arqueológicas, o aprofundamento do FIMOC, dos incentivos à reabilitação de imóveis.

No capítulo do saneamento, destaca a regularização da Ribeira da Salgueirinha que é o investimento com maior peso e, também, a adjudicação da empreitada para mais rede numa vasta área na Lagoa da Palha, de esgotos domésticos que vão ter execução financeira no próximo ano. Depois, prevê-se para empréstimo importantes projetos, totalmente financiados pelo município, para a zona de Portal Branco, para a zona nascente da EN 252, na zona Poente de Miraventos e Quinta Tomé Dias, expansão da rede em Olhos de Água, em Cajados, Carregueira e Fonte da Vaca. O saneamento ainda vai continuar a ter um peso considerável no orçamento deste município, até pelas características do concelho, a sua dispersão territorial. Sublinha que o projeto da 2.ª fase do HUB10 está praticamente aprovado que irá ser lançado depois do empréstimo e está em conclusão a 1ª fase. Para a zona de Pegarias, Olhos de Água e Lagoinha, também vão ser lançados outros projetos e intervenções em loteamentos inacabados. No abastecimento de água, informa que são muitas as intervenções a decorrer, de correção e preparação para o futuro, a pensar em novos furos e equipar outros que já existem, mas o grande projeto foi uma candidatura que o município apresentou, relativamente ao sistema de controlo de perdas de água em Palmela que é, de facto, um grande projeto-piloto

do qual se espera que os resultados confirmem a eficácia e poupança, para depois poder analisar outros sistemas. Nos resíduos sólidos e limpeza urbana, que representa uma grande frente de trabalho que tem de ser complementada, não só com o aumento da frequência da recolha, mas, sobretudo com sensibilização e fiscalização. Nessa área, ainda estão previstos investimentos este ano, nomeadamente uma 1ª fase piloto de recolha porta-a-porta, uma rede de beateiras, aumentar a rede de papeleiras e investimento nos meios mecânicos para que a concretização deste trabalho seja mais eficaz e mais fácil. Ao nível do ordenamento do território, informa que já começaram as negociações com a Amarsul para se criar em Poceirão uma central de compostagem, para responder àquela vasta área e até para concelhos vizinhos que ali queiram entregar os verdes em vez de ter de ir à Moita ou a Setúbal, até porque é uma questão que tem alinhamento com outras políticas europeias e nacionais e espera-se que haja financiamento para se concretizar, uma vez que a Amarsul está disponível para este projeto estratégico. Na eficiência energética, o município fez uma candidatura, considerada exemplar por quem gere os fundos, que foi a 1ª a ser aprovada e que ainda não se conseguiu adjudicar, contudo, o município vai continuar a apostar na eficiência energética, estendendo-a, não apenas ao espaço público, mas a um conjunto de equipamentos culturais e coletivos. No seguimento da questão do espaço público, destaca a 2ª fase do Jardim José Maria dos Santos, a requalificação do Jardim de Cabanas que tem um projeto lindíssimo e ambicioso, o Jardim Ferreira da Costa em Venda do Alcaide, a 2ª fase da Serra Grande em Palmela e a Praceta de Cabo Verde na Quinta do Outeiro cujo projeto já está retificado e aprovado. Depois, também no espaço urbano, destaca a criação de novas bolsas de estacionamento, para além do largo da Mitra em Pinhal Novo, o município adquiriu um espaço em Quinta do Anjo para esse efeito e a intenção de criar um outro, na zona da Rua Orlando Ribeiro em Pinhal Novo, que é um compromisso antigo.

Na área da cultura, destaca a intervenção de natureza estrutural nas encostas do Castelo, o CAFA que tornará o monumento acessível, não só na acessibilidade motora, mas na inclusão ao nível da acessibilidade dos painéis, das exposições, enfim, outros projetos mais vastos nesta área. O Almenara irá ter uma nova fase, com a componente turística, de exposições e recreação, envolvendo um conjunto de outras ferramentas de promoção cultural e turística e, depois os vários encontros, seminários, cursos e formações, porque Palmela é, de facto, o epicentro dos estudos sobre Castelos, a Ordem de Santiago e Arqueologia. Também o tão aguardado núcleo museológico dedicado aos caminhos-de-ferro e aos ferroviários, que se prevê inaugurar no aniversário da freguesia do Pinhal Novo. Sublinha ainda que a rede de Bibliotecas públicas está a conhecer agora, uma fase de novas propostas, com novas dinâmicas culturais e formativas e vários programas de desenvolvimento cultural dos equipamentos municipais que estão a ser revitalizados e também o processo "Palmela é Música" da Candidatura de Palmela a Cidade Criativa da Música da Unesco, que vai ter, nos próximos 2 anos, ações determinantes que estão previstas numa candidatura que foi apresentada hoje, a uma prioridade de

investimento criada e negociada com os municípios da AML e com a CCDR que não abrange só a cultura, até porque irá ser uma componente que voltará a ter maior alavancagem financeira e técnica para as fases deste projeto. No âmbito da música destaca o FISP, do monumento à música e os músicos, com várias componentes que já são do conhecimento.

Na área do desporto, celebram-se 25 anos dos programas do Judo e do Basquetebol e depois destaca as iniciativas Clássica da Arrábida, o Palmela Run, Pinhal Novo Night Run, com um forte investimento da autarquia nos espaços de jogo e recreio dos polidesportivos, com particular destaque para a obra de requalificação do polidesportivo do Poceirão que aguarda o visto do Tribunal de Contas.

Na indústria e energia, destaca o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Concelho de Palmela – PAESP, um projeto de iluminação pública eficiente, destinado às piscinas, ao Cine Teatro São João e a muitos outros equipamentos. Em relação à frota municipal, vão paulatinamente tentar experimentar introduzir alguns veículos elétricos, aliás já têm um aspirador elétrico, uma máquina de deservagem e erradicação de erva, também elétrica, que foi adquirida há pouco tempo.

Nos transportes e Comunicações, refere que para além da verba para a nova concessão, destaca a permanente qualificação da rede viária, que nas páginas 141, 142 e 143 das Grandes Opções do Plano, podem observar a quantidade de arruamentos e aceiros já com concursos em curso e que vão arrancar no próximo ano, outros já adjudicados e também em obras e, mais uns a lançar, sejam aqueles que estão a aguardar empréstimo e os que ainda vão financiar com o saldo de gerência. Portanto, são, de facto, duas dezenas de arruamentos, muitos deles fazem parte do programa de mandato e tem sido confirmada a sua pertinência, através das reuniões com a população a que depois acrescentaram-se uma série de outras pressões positivas por via do "Eu Participo". Também realça outras obras como os troços da EM 533, a circular Sul da Autoeuropa, a ligação da Rua Lino dos Reis à Rua Aljubarrota em Aires, que é uma obra estruturante, a Rua Florbela Espanca, Rua do Lagar, Rua Humberto Delgado na Venda do Alcaide, Rua Manuel Carvalho Domécio, Rua João de Deus em Pinhal Novo, o Bairro do Pinheiro Grande, cuja empreitada está adjudicada, enfim, várias ruas em Olhos de Água e um pouco por todas as freguesias que, são vários quilómetros a que cresce, o projeto CICLOP 7 - Rede Ciclável e Pedonal da Península de Setúbal que vai ter novos troços de Portal Branco - Setúbal, Quinta do Anjo - Cabanas, rotunda da "Makro" - São Gonçalo e em estudo está uma ligação de Aires à estação de Palmela.

No comércio e Turismo, dá particular atenção à promoção dos produtos e valores endógenos, consolidação de vários projetos âncora de dinamização turística que já têm marca e são do conhecimento público, nacional e internacional, que deram origem a sinergias com outras instâncias, no âmbito da cooperação institucional com o norte do país e também, a afirmação da marca de "Palmela Conquista". Aliás, este ano o município esteve presente em vários

certames prestigiados a nível nacional e internacional e no próximo ano, irá ampliar essa presença em intercâmbio com outras regiões do país. Depois, o PraArrábida, também é um grande projeto com várias componentes, sobretudo o projeto Janela da Arrábida, que aguarda um desbloqueio que existe com o ICNF, o Centro Rural Vinum que depois dos arranjos exteriores de Fernando Pó irão ter a funcionalização da antiga escola como Centro de Interpretação da Vinha e do Vinho e a instalação de instituições que trabalhem no setor. Depois já está em preparação um evento que, certamente irá atrair muita gente a Palmela, oriundos de vários pontos da Europa, o Arrábida Walking Festival que terá lugar em março do próximo ano.

No âmbito da participação e da cidadania, para além da constante necessidade de atualizações dos projetos que já estão implementados e que continuam a ser muito procurados para ser apresentados em vários fóruns, académicos e políticos, a experiência do "Eu Participo" em Palmela, com os trabalhadores, com as crianças e com a população, vão encetar uma nova vertente deste projeto vocacionado para a população juvenil. Depois, o município irá contar com os recursos que tem e outros que espera conseguir, para poder cumprir este Plano e Orçamento, sobretudo com os/as trabalhadores/as e os trabalhadores das equipas municipais, com melhores instalações, melhores equipamentos, melhores ferramentas, melhor maquinaria para continuar a prestar um serviço imprescindível à população.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e agradece a explicação que foi dada sobre este documento e da parte do PS, apesar do tempo não ter sido desejável, porque teve de analisar as 206 páginas do documento que foi entregue e Considera que o enquadramento da política orçamental que surge nas primeiras páginas deste documento são da maior importância, pois ajuda a perceber a forma de como as políticas serão implementadas e de que forma é que as mesmas sustentarão o respetivo orçamento, pelo que é dada, sempre, a devida atenção ao que está escrito. Portanto, nesta parte do documento, apesar de existir um esforço grande em reforçar os constrangimentos da economia em Portugal, dando enfoque sempre e, por exemplo, à quebra do Produto Interno Bruto, importa ter em conta que, de acordo com os dados do FMI, apesar de existir um abrandamento e acerto na expansão do PIB de 2019 para 2020, ou seja valores de 1,9 para 1,6, mesmo assim, Portugal continua a crescer acima da zona euro, tanto em 2019, como em 2020. Este facto, também é visível nas contas do município, nas receitas que são apresentadas neste documento, aliás já o foi no orçamento que foi apresentado em 2018 e continua a ser neste, com um nítido aumento das receitas ordinárias e extraordinárias, por isso, é inegável o trabalho que tem vindo a ser feito pelo Governo do PS para propiciar o crescimento da economia, que não é modesto, mas sim, um crescimento sustentado em políticas estruturadas de estabilidade económica. Depois, outro dado curioso neste documento que, quando se tenta realizar uma análise aos gráficos e à evolução, ao longo dos anos, esse trabalho torna-se numa missão deveras complicada, apesar das análises não ser lineares ao longo dos anos, tenta-se sempre, rebuscar anos menos positivos para suportar o tal crescimento modesto e, se situarem, por exemplo, na página 7 deste documento, olhando para

o gráfico, podem constatar que a previsão da evolução da receita do município e aqui, excluindo as receitas extraordinárias, cresceu entre 2011 e 2018, cerca de 6,6 milhões de euros. No documento do ano anterior, tiveram a oportunidade de verificar novamente e, apresentam uma outra comparação, ou seja, na altura, era referido que entre 2011 e 2016, a receita tinha crescido 2,2 milhões de euros, ou seja, podem concluir que, entre 2016 e 2018, período que não foi analisado este ano, encontra-se 4,4 milhões de euros de incremento nas receitas do município que não aparecem no documento. Depois, apesar deste crescimento sustentado e robusto, fizeram uma análise ao gráfico reportando-se ao ano de 2008 e justificam o ano 2008, para dizer e passa a citar: "os valores espelham de forma rigorosa, os constrangimentos financeiros a que as autarquias foram sujeitas", ou seja, têm de retroceder 11 anos, para que o município possa justificar um ambiente económico-financeira difícil, o que não parece, de todo, razoável. Mais curioso, apresentam também, no final da justificação de todo aquele texto, apesar deste cenário difícil e cinzento que apresentam da economia, apresentam também, para 2021, um crescimento de receitas na ordem dos 7,5 milhões de euros. Por outro lado, registam com agrado, o facto de as transferências do Orçamento de Estado para a autarquia, em 2019, ter ultrapassado os valores anteriores à crise e que a previsão que apresentam até 2023 representa um aumento significativo ano após ano. Registam também que, mais de 50% do investimento feito pela autarquia é suportado por autofinanciamento e por conta do saldo de gerência que se tem mantido nos 10 milhões de euros, nos últimos anos, contudo, a informação é difusa quando se analisa os gráficos e aqui está a reportar-se a página 29, portanto, a informação que prevê para 2021 um investimento de cerca de 20 milhões, grande parte no âmbito do Portugal 2020. E questiona, como é que os fundos comunitários apenas representam 6% das fontes de financiamento, quando e, daí a dificuldade que têm em analisar os gráficos de ano para ano, no documento do ano anterior, os fundos comunitários representavam 40% sobre as fontes de financiamento para o mesmo investimento, obviamente que há uma justificação, mas efetivamente para quem está a analisar o documento é difícil compreender este diferendo, estes valores e esta difusão de valores de ano para ano, porque as premissas estão sempre a ser alteradas e os anos de análise também estão sempre a ser alterados.

Relativamente às Grandes Opções do Plano, registaram uma variação negativa de 19% em relação ao anterior, que equivale a uma diminuição aproximadamente de 6 milhões de euros, sendo que também as funções sociais foram alvo de uma revisão em baixa, passando de aproximadamente 65% em 2019, para 63% em 2020, tendo estes 2 pontos percentuais sido transferidos para as funções gerais. Apesar de se subentender e, apesar de também não estar justificado no documento, esta transferência está diretamente relacionada ou esta diminuição percentagem, está diretamente relacionada com a verba inerente à conta de gerência e também às transferências de Portugal 2020, pelo que questiona quais são as opções políticas que levam esta hipotética diminuição num conjunto de objetivos que estão diretamente

relacionados com a satisfação das necessidades básicas do quotidiano dos munícipes, designadamente educação a saúde, a ação social, a habitação e serviços coletivos, cultura entre outros.

Depois, também analisaram o orçamento apresentado e, sobretudo o capítulo relacionado com a Palmela Desporto, que da análise que fizeram, em primeiro lugar está relacionado com o facto de estar apresentado no documento uma previsão de contas para o ano 2019 com base em dados contabilísticos de 2 de agosto de 2019. Contabilisticamente, isto é muito ousado e muito pouco fidedigno, até porque todos sabem que há meses específicos para se orçamentar, para se projetar o final do ano e na Palmela Desporto, também todos sabem que o mês de setembro é o mês essencial e fulcral para se projetar seja o que for, porque é a partir desse mês que têm aumento ou decréscimo de renovações de matrículas e novas inscrições. Por isso, estar a projetar o fecho de ano com base no mês de agosto, não parece muito correto e, depois os valores, como já aconteceu o ano passado, nunca batem certo com aquilo que é orçamentado. Em segundo lugar, o orçamento previsional é apresentado para o ano 2020, tem efetivamente, uma previsão do aumento da receita que, é um facto, mas esse aumento infelizmente e, aliás, como têm vindo há muito tempo a discutir, nesta sala, é totalmente influenciado por um único elemento que se chama, compensação pelo défice de exploração, que representa praticamente 50% da receita da Palmela Desporto. Depois, dá conta que também existem valores que são apresentados na demonstração de resultados previsionais, que influenciam diretamente os valores que estão constantes no documento, que parecem estar um pouco desfasados e todos sabem perfeitamente, que o orçamento vale o que vale e, os números que lá estão, também valem o que valem. Ainda assim, as justificações que são apresentadas, nomeadamente do aumento de utentes tem de ter uma correlação direta que os custos que são apresentados e, os custos diretos e indiretos e, se calhar muito mais até os indiretos, neste caso, têm de ter uma correlação direta com o aumento dos ganhos, para que haja compensação de contas de um lado para o outro e, para que seja verosímil uma análise contabilística dos dados, caso contrário, perdem o seu valor, facto que parece ser o que está a acontecer nesta demonstração de resultados que aqui está. Por fim, percebe-se que a situação da Palmela Desporto é delicada pelos dados que aqui encontram, mas irão aguardar o relatório da auditoria que já foi falado na semana passada.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que antes de se pronunciar sobre o Orçamento, aproveita este momento para saudar e assinalar o dia 25 de novembro, um dia importante para a conquista da liberdade e democracia em Portugal e depois, um outro dia que não é muito agradável, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher que não quer deixar de assinalar, esperando que um dia, daqui a uns anos, não seja necessário recordar esse dia.

Em relação à proposta de Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 que considera estar em linha com os anteriores e depois da intervenção da Sra. Vereadora Mara

Rebelo, de facto, fez-se comparações de acordo com aquilo que dá jeito e também é um facto, que os números estão lá, aliás, não se inventam números, mas as comparações vão sendo feitas consoante aquilo que dá mais jeito para o objetivo que se pretende. À semelhança de outros anos, é um orçamento que traz um arrazoadado de obras que depois, algumas delas vão sendo adiadas *sine die* e vão surgindo em todos os orçamentos, talvez para não se esquecer que são necessárias, mas é um facto, que permanecem. Ainda há pouco, até optou por não intervir sobre a 2ª revisão, porque era tão óbvio, ou seja, o orçamento é feito e a seguir vem uma primeira revisão que aumenta exponencialmente o orçamento e depois, finalmente, uma segunda revisão que apresenta a realidade e baixa o orçamento. Entretanto, passam um ano a dizer que o município tem o maior orçamento da história, mas enfim, é algo que vão estando habituados a ouvir ao longo destes mandatos e este não foge à regra, tendo, no entanto, algumas nuances. Portanto, é, de facto, um orçamento inicial de 47,3 milhões e que, face ao orçamento inicial de 2019, tem menos 5,6 milhões de euros, menos 10,6%. Ainda desce mais face ao orçamento atual, desce 13 milhões, mas lá está, é esse ciclo habitual que é razoável, no início é muito pretensioso e depois desce à realidade. Relativamente às receitas, há uma subida de cerca de mais 2 milhões nos de impostos diretos, mais 8,8% que, de facto acaba por dar razão, quando na reunião anterior se propôs que houvesse uma menor arrecadação de receita relativa à participação da autarquia na receita de IRS, que recorda, na altura, a proposta que apresentou, quando propôs, em vez de arrecadar os 5% só arrecadar 4,05%, com um impacto de cerca de 337 mil euros e, como se pode observar, o aumento dos impostos ou o aumento da arrecadação de receita prevista soma mais de 2 milhões de euros. Relativamente às transferências de capital, há uma diminuição de 5 milhões. Depois, em relação à questão das despesas com o pessoal, no ano anterior, face à previsão de 2019, cresce meio milhão de euros, 569 mil euros, portanto, mais 5,7% e, neste documento apenas vê uma rubrica nova, daquelas habituais, a alteração facultativa do posicionamento remuneratório dos trabalhadores, que considera positiva, porque, no fundo é o posicionamento por opção gestonária da autarquia, que se traduz em mais 77.500€ e quanto às outras, estão mais ou menos em linha com o que tem sido habitual e até há uma diminuição, face à previsão para 2019, sobretudo em relação às horas extraordinárias, na qual há uma diminuição, portanto, questiona se havendo apenas uma única rubrica nova, como por exemplo, relativamente às alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório estão previstos 46 mil euros e para 2019 estavam previstos 385 mil euros, portanto, até aqui verifica-se um abaixamento desta verba. Porém, questiona porque é que apesar disto tudo, há aqui esta subida de meio milhão de euros. Na aquisição de bens de capital, aquilo que é o investimento, também baixou para 5.915.000€ e nas Grandes Opções do Plano, no que se refere ao investimento já definido, passa de 30 milhões para 24 milhões, menos 19,11%, com as maiores descidas na habitação e urbanismo, cultura, transportes e comunicações e, por sua vez, algumas subidas no desporto, na educação, no ordenamento do território, no saneamento e nos resíduos sólidos urbanos.

Ainda relativamente às Grandes Opções do Plano, refere que há uma série de obras que se vão repetindo ciclicamente e que vão permitindo alimentar uma ideia de um grande nível de investimento, por exemplo, a recuperação do edifício dos Paços do Concelho que tem para este ano, 728 mil euros, quando em 2019 tinha 532 mil euros, mas é um investimento que estava previsto em 2017, 2018, 2019 e volta agora a aparecer. Depois, uma verba que está suspensa desde setembro, quando se retirou a proposta referente ao pagamento de 45.000€ à Península Digital e que, volta a estar presente neste documento com uma previsão até 2023, quando se percebeu nessa reunião que havia uma maioria que não aprovava esta despesa.

Em relação à gestão de frota, refere que não entende aqui uma questão, porque em 2019, previam a aquisição de 2 viaturas de 9 lugares e 3 de 16 lugares, mas fica com a sensação que não se fez nada e que este ano já se prevê adquirir as mesmas viaturas 2 de 9 lugares, só que agora, em vez de 3 de 16 lugares, passaram a 3 de 21 lugares, até pela descrição que é feita na parte descritiva do orçamento. Relativamente às viaturas elétricas que o Sr. Presidente até já referiu, que considera uma medida positiva, questiona se o município tem uma noção de quantas e quando se pretende adquirir e para que fim se destina, ou seja, para que serviços, porque, por exemplo, na proteção civil repetem-se algumas questões que já em 2019 eram exatamente abordadas nesta perspetiva, sendo uma delas a de prosseguir a elaboração e implementação do Plano Especial de Emergência para o Centro Histórico, que já em 2019 existia esse objetivo, ou seja, é exatamente igual para 2020, tal como o Plano de Emergência exterior ao parque da Hempel, que se também se previa para 2019 e que se mantém para 2020 sem qualquer alteração.

Na educação, consta uma nova Escola Básica para Palmela, mas depois, quando se olha para o orçamento, portanto, nos números, naquilo que mostra qual é o empenho que têm nisto, só para 2022 é que está 50 mil euros e o resto virá para 2023, mas já se anuncia para 2020. Também o pavilhão da Escola Secundária de Palmela mantém-se como objetivo, quando todos sabem que não depende só da autarquia e, portanto, quanto a isso, estão de acordo só que no orçamento de 2019, previa-se uma verba, no total, de 820 mil euros e, agora, para 2020 no horizonte plurianual prevê-se 1.200 mil euros. A recuperação do Centro Histórico as verbas vão oscilando, com 792 mil euros na verba definida, mas em 2019 previa-se 1.324.000€ ou seja, uma descida. A obra da Ribeira da Salgueirinha mantém um valor importante, mas é um valor que já se vai arrastando desde 2016 e a repetir-se em 2017, 2018, 2019 e volta a 2020 com 1.422.000€ e para 2021 com 820.000€, ou seja serve sempre para ir compondo o orçamento.

Depois, este ano, uma novidade com o projeto-piloto para o sistema de controlo de perdas de água em Palmela, que é uma medida sobre a qual é necessário perceber o que é e como vai funcionar, porque também já existe um outro projeto-piloto que já se falava em 2016, 2017, 2018 e continua a falar-se para 2020, que é o projeto-piloto de recolha porta-a-porta e não se vê nada, nem o projeto-piloto, quanto mais o projeto propriamente dito.

Na proteção do ambiente, verifica que têm menos 472 mil euros em relação ao que estava definido para 2019 e depois enumera dois novos jardins, o Jardim Ferreira da Costa em Venda do Alcaide e o jardim de Cabanas, mas este não tem qualquer valor definido para 2020 e o da Venda do Alcaide apenas tem 10.000€. Depois, na juventude o documento prevê a construção de um Plano Municipal de Juventude para 2020, quando o mesmo já se previa 2019 só que tinha a designação de Programa Municipal de Juventude e agora refere um Plano, que basicamente mudou o nome e mas não se fez nada. O polidesportivo do Poceirão que já estava previsto em 2017, 2018 e 2019. Nos transportes e Comunicações, voltam a ter a repavimentação da EM 533, só com 25 mil euros, mas que já tinha verba, até maior que esta em 2017, 2018 e 2019, tal como a também a beneficiação da circular sul à Autoeuropa. Depois o Sr. Presidente deu um grande enfoque à beneficiação, repavimentação e asfaltamento das vias municipais do concelho, que também concorda que se trata de uma grande prioridade, mas estas obras também já estavam quase todas referidas, em 2019.

O **Sr. Presidente** interrompe o Sr. Vereador Paulo Ribeiro para dizer que pode utilizar todos os dados que entender, mas está a analisar um plano que é plurianual, pelo que é normal que já tenha observado algumas obras, porque essas obras têm de ter verba para projeto, para definir e outras a aguardar empréstimo. Portanto, o Sr. Vereador Paulo Ribeiro pode enganar quem seja um pouco mais distraído nestas questões, porque até é uma pessoa inteligente e não fica bem, estar aqui a manipular dados.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que não pretende enganar ninguém, mas é o Sr. Presidente que procura sempre trazer nas reuniões estas obras como uma novidade e recorda-o que já tinha referido o mesmo no ano anterior.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere que o Sr. Presidente se esqueceu, no início da reunião, de referir que estava em substituição do Sr. Vereador José Calado.

Sobre o Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023, considera que em termos de contexto, é quase uma cópia dos anos anteriores, compara-se constantemente o ano 2008, quando se sabe que o ano 2008 foi um ano de crise económica e que, em termos económicos, não será a melhor comparação. Depois menciona apenas alguns temas que parecem pertinentes no que concerne ao tema do endividamento e tal como o Sr. Presidente explicou em reunião prévia, está abaixo dos limites, portanto, apesar de compreender que se deve fazer uma análise custo/benefício para decidir a opção mais favorável, neste caso concreto, como aqui é referido, tem-se gasto montantes avultados em reparações de viaturas que sendo obsoletas, a forma mais viável de adquirir uma frota nova seria recorrer a locação financeira. Refere que o MIM congratula-se pelas obras do edifício dos Paços do Concelho que já fazia sentido há muito e, de facto, esta preocupação com a acessibilidade ao piso superior é deveras pertinente. No tema proteção civil e o anunciado aumento do subsídio a atribuir às EIP's é bem

visto pelo MIM, dada a sua importância junto das populações. Quanto ao tema das tecnologias de informação e comunicação, refere a dado momento e passa a citar: "em 2020 pretende-se manter a articulação com projeto Setúbal Península Digital", e relembra o Sr. Presidente que este tema deverá voltar à discussão em futura reunião de Câmara.

Recorda ainda, o Sr. Presidente, dos assuntos tratados em reunião com o Sr. Vereador José Calado sobre a questão da isenção de IMI para os bombeiros, que estava em estudo, a diferenciação pela positiva em relação aos subsídios a atribuir aos corpos de Bombeiros, em função da população abrangida e, por último, em relação à viatura de cuidados de saúde a operar na freguesia de Poceirão e Marateca, convinha que, no próximo ano, houvesse novidades, pois assim sendo, o Sr. Vereador José Calado deixa de ser populista e estas matérias passam a ser uma realidade, fazendo felizes, as famílias dos bombeiros do concelho e os munícipes. Depois, refere que em relação às receitas do IMT, o MIM considera que poderiam ser maiores, se a autarquia de Palmela não fosse tão burocrática, pois não se admite que o município entregue um projeto de construção nos serviços e aguarde mais de 2 anos pela sua aprovação. No concelho, especialmente na freguesia de Pinhal Novo tem-se verificado um aumento de procura de imóveis, porque se tornou um local apetecível para morar, com boa localização geográfica, boa rede de transportes públicos e proximidade ao novo aeroporto do Montijo e, todos sabem que com mais IMT, irão ter mais IMI e por consequência mais receita de IRS, pelo que a autarquia devia ter uma política integradora e não o contrário, atrair pessoas e não levá-las a investir nos concelhos vizinhos, aliás, se o MIM estivesse no executivo, faria diferente com toda a certeza.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e refere que a Sra. Vereadora Mara Rebelo já interveio de uma forma completa e complexa que analisou em pormenor as questões do orçamento e, de facto, sucintamente e de forma política e mais direta, reafirma a posição do PS em relação a este documento, que não apresenta grandes inovações. É um orçamento que vem na continuidade de outros documentos que já aqui analisaram neste mandato e prevê que o próximo não fugirá muito àquilo que aqui estão a analisar. Ainda assim, salienta que há, claramente benefícios que foram aprovados na última reunião de Câmara e que estão plasmadas no orçamento, nomeadamente no que se refere à carga fiscal do IMI, o IMI familiar e outras medidas que favorecem as famílias, as crianças e as pessoas deste concelho, fruto também da possibilidade de se ter conseguido chegar a acordo com todas as forças políticas para que isso acontecesse e, que hoje, têm, de facto, uma redução significativa na taxa de IMI. Recorda que também ficou definido entre todos, quando terminasse este mandato, a taxa de IMI será de 0,35%, que parece ser possível, sem colocar em causa a saúde financeira da autarquia, as contas e as capacidades que a autarquia tem para poder continuar a financiar-se a investir naquilo que é mais necessário para os munícipes e para o concelho de Palmela.

Mas também é verdade, que continua a faltar ao concelho um Plano Estratégico de Ação, para se poder perceber o que se pode fazer a seguir, ou seja que medidas tomar no futuro para se poder ter perspectiva de futuro e, de facto, o PS continua sem perceber o que está previsto fazer daqui a 3, 4 ou 5 anos, porque se observarem a generalidade dos concelhos deste país, a maior parte deles com a dimensão de Palmela e alguns com uma dimensão mais pequena, têm um Plano Estratégico de Desenvolvimento, e Palmela continua sem ter. Naturalmente que esse plano iria incluir investimento, um conjunto de outras soluções que aparecem e que vão resolvendo pontualmente como se fosse uma mercearia de bairro e não um grande hipermercado, que tem de andar um pouco à frente daquilo que a comunidade quer e precisa. De facto, esta visão da gestão autárquica da CDU é muito redutora e limita muito este desenvolvimento. Portanto, o Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 não traz, de facto, grandes novidades, apresenta uma redução na área do turismo que causa alguma preocupação e mais uma vez, tanto o turismo como as propostas que são apresentadas, estão no seguimento daquilo que já era e, portanto, não há grandes inovações. Salaria que houve um esforço, pois o município esteve presente em certames ligados ao turismo, mas considera que há muito por fazer nesta área, porque quando o turismo quebra e está a quebra, os municípios que não se chegaram mais à frente, são os que vão sentir ainda mais essa quebra. Refere que Palmela tem cultura, património, história, tradições, vinha e vinho, moscatel e pessoas, mas necessita de uma visão de futuro para desenvolver o turismo e, de facto, considera que estão a ser pouco capazes de trazer investimento qualificado nesta área e espera que não seja por posições ideológicas, que Palmela não fique para trás, nomeadamente pela questão de ser contra o aeroporto e que não fique para trás em relação a outros concelhos vizinhos. Quanto às políticas ambientais, refere que há um decréscimo que também causa preocupação, apesar de estar mencionado neste documento que é uma questão transversal a outras rubricas e outros setores, mas, de facto, é muito difícil analisar quando não se especifica nessas rubricas e nesses sectores o que se pretende para o ambiente e por isso, acha que deveriam estar mais clarificado para se poder analisar e ter uma melhor noção sobre as políticas de questão ambiental, porque não só, são prioritárias para este território como também para a sobrevivência enquanto seres humanos e é preciso começar, tal como já aqui tem sido defendido em outras reuniões, a educar as pessoas para a ação e promoção. Por último, na questão de recolha porta-a-porta, continua por fazer, com projeto-piloto ou não, a verdade é que é uma proposta que foi apresentada no programa eleitoral do PS e tem sido aqui debatida todos os anos e continua sem ser concretizada ou, pelo menos, iniciada, talvez porque a gestão autárquica não quer retirar a parcela dos resíduos sólidos da fatura da água, para poder fazer uma política mais justa socialmente. Depois sobre o ordenamento território, refere que sobre o PDM, já se dizia em 2019 seria publicado e aprovado, mas a verdade é que chegaram a dezembro de 2019 e espera que, pelo menos, no início de 2020 seja possível ter um PDM aprovado e publicado, porque é um documento estratégico para o desenvolvimento do território. Portanto, é necessário olhar o presente para perspetivar o futuro, mas continuam a

não ter perspetivas de futuro e utilizam este orçamento, com as regras do Pocal, dizem que é possível e espera que 2020 seja diferente com a aplicação do sistema de normalização contabilística e que obrigue a olhar para um orçamento com uma perspetiva de um modelo efetivo de desenvolvimento, de intervenção económica e financeira do município, porque é disso que os municípios de Palmela merecem e esperam de uma autarquia.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e relativamente à questão das despesas com o pessoal, esclarece que as progressões obrigatórias irão abranger cerca de 30 trabalhadores, numa verba de 46 mil euros, enquanto as progressões pela aplicação do mecanismo da opção gestionária situam-se num valor de cerca de 78 mil euros e irá abranger 54 trabalhadores, para novos recrutamentos, estão previstos mais 31 trabalhadores num valor de cerca de 200 mil euros, na mobilidade de categoria e também com novos recrutamentos no âmbito desta mobilidade, onde se prevê um gasto de 44 mil euros, no ajustamento à nova estrutura orgânica e depois no mapa de pessoal, irá ser abordado um pouco mais, mas estará na ordem dos 250 mil euros. Entre 2018 a setembro de 2019, o número de trabalhadores aumentou em 26, fixando-se neste momento em 913, com descongelamento de salários, crescimento da despesa com a Segurança Social, um aumento de 10% para 23,05% naquilo que é a contribuição da autarquia para a Segurança Social, mas aquilo que poderia ser, mais ou menos, parecido com o que se passa no privado, deixou de o ser, quando são as autarquias a suportar as despesas de saúde, seja as despesas da ADSE, seja as despesas do SNS, que é uma situação perfeitamente anómala. No suporte nas despesas com vencimento a trabalhadores em caso de doença, há aqui um encargo anual na volta dos 800 mil euros e, no futuro é necessário um reforço nos quadros presentes de cerca de 380 mil euros, ou seja, é necessário haver um aumento salarial em virtude da inflação, para além daquilo que já referiu, aliás, este crescimento estabilizará a partir de 2021. Nas progressões é normal haver variações, uma vez que, têm de ter em conta os ciclos de recrutamento e estão a assegurar a progressão de todos os trabalhadores que estão em condições para esse efeito.

Em relação à gestão da frota, houve aquisição de veículos, mas o município necessita mesmo dessa renovação, porque os que existem, estão em fim de vida e são um risco, nomeadamente naquilo que diz respeito às regras do transporte escolar e, a substituição das viaturas de 16 lugares, para viaturas de 21 lugares, está relacionado com uma melhor análise e que se servirá melhor o transporte escolar.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que vão fazer em 2020, aquilo que não foi feito em 2019.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que fez-se em 2019, mas em relação ao leasing não foi feito na totalidade porque não foi possível, por isso vai ser feito em 2020.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona se são apenas as 3 viaturas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que trata-se apenas da substituição das 3 viaturas de 16 para 21 lugares. Portanto, a educação, não apenas naquilo que está definido, mas também aquilo que está a definir, continua a ser uma área estratégica da intervenção da autarquia e estão previstos 4,9 milhões de euros, portanto, Palmela continua a ter bastantes alunos, quer no pré-escolar, quer no 1º ciclo, o parque escolar vai continuar a ser requalificado, apesar do atraso que é do conhecimento de todos, porque todos tiveram a oportunidade de visitar a Escola Básica Matos Fortuna e a Escola Básica de Cabanas. Em relação à obra da Escola Básica de Cabanas seguramente terminará no 1º trimestre de 2020 e está considerada aqui no orçamento, contudo, não se pode esquecer que ainda falta a ampliação do refeitório, o prolongamento do telheiro do pré-escolar e a requalificação do logradouro da Escola Básica Zeca Afonso em Pinhal Novo e a requalificação do logradouro da Escola Básica Joaquim José de Carvalho em Palmela, como também a beneficiação e manutenção de um conjunto de escolas que se pretende manter sempre atualizadas, portanto, em números redondos, são cerca de 1,4 milhões de euros. Em relação às GOP, nomeadamente a nova Escola Básica em Palmela que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro falou, esclarece que naturalmente que está prevista para 2022, porque há uma análise à Carta Educativa e ao crescimento da população escolar e é necessário trabalhar, já a partir do próximo ano, para que em 2022 possam arrancar com mais força. Ainda assim, fica já uma verba que representa também, vincar uma posição política e que acha merecer a concordância do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Nos acordos de execução das competências das Juntas de Freguesia, porque devido à transferência de competências totalizam 363 mil euros, portanto, mantem-se e reforçam-se esses acordos de execução na área educativa. Depois, na ação social escolar, nos auxílios económicos diretos estão 120 mil euros, nos cadernos de atividades de uma forma geral estão 88 mil euros, porque são oferecidos pelo Governo e muito bem, aliás, resulta de uma proposta feita pelo PCP, portanto, na ação social escolar, mantem-se uma verba de 40€ para cada aluno, em material escolar e visitas de estudo, bem como as refeições gratuitas para as crianças do pré-escolar e alunos do 1º ciclo que estejam no 1º e 2º escalão do abono de família. Nas bolsas estudo está um valor de 22.500€ e, em relação à alimentação escolar, o município tem um custo unitário baixo, porque vai gastar 1.269 mil euros no fornecimento de refeições escolares, cerca de 2800 refeições por dia para as crianças, mantendo o regime da fruta escolar, um reforço de alimentação escolar que este ano letivo tem um custo previsto de 50 mil euros, porque estão a alargar no pré-escolar, o fornecimento de fruta a todas as crianças, mas também estão a trabalhar para a apresentação de outro reforço suplementar, mais alargado, para o ano letivo 2020/2021.

Quanto aos transportes escolares, dá nota que há um valor mais baixo, 674 mil euros, mas não está relacionado com a redução do número de crianças e jovens, mas sim, felizmente, com a implementação do passe navegante municipal e do passe navegante metropolitano que fez com que as pessoas possam usufruir de transporte coletivo de uma forma mais positiva, aliás,

acabaram-se com uma série de passes em linha, porque era mais importante, em termos municipais, ter as crianças e jovens a circular em vários sentidos, dentro e fora do concelho. Ainda neste contexto, informa que o transporte escolar ficou consolidado para os jovens do Bairro Alentejano para a escola Hermenegildo Capelo que, neste momento, depois de um grande esforço, não só da Câmara, mas também da Direção do Agrupamento de Escolas de Palmela, para que estas crianças e jovens pudessem frequentar a escola no concelho de Palmela e não no concelho da Moita, como acontecia anteriormente. A consolidação deste transporte é, também uma porta aberta para novas concessões que possam vir a acontecer no transporte público no concelho.

Na componente socioeducativa, foram gastos 154.500€ com as atividades de animação e apoio à família, com um leque variável que vai dos 2,75€ até aos 55€, mantendo os 10€ por aluno no apoio ao funcionamento das escolas, e depois os projetos, como o projeto "Aprender a nadar" que tem uma novidade, o alargamento ao alunos do 2.º ano de escolaridade, o projeto "Fantasiarte" que este ano teve 61 programas diferentes, com um total de 5500 intervenientes e 2148 participantes e o projeto "Eu Conquisto meu sucesso".

Na ação social, tanto a verba que está definida como a definir, são mais de 600 mil euros, nomeadamente com o arranque da candidatura intermunicipal do PRIA - Percurso em Rede para a Inclusão Ativa, com projetos específicos de teleassistência, a viatura médica e social que irá levar medicina preventiva ao território rural, a zonas mais isoladas e proporcionar um melhor acesso à saúde. Também a candidatura da requalificação do Monte Francisquinho, que irá agregar um conjunto de equipamentos de natureza social e associativa, para procura combater a pobreza e a exclusão da exclusão social. Também o fórum social, com variadas temáticas que é importante para o município e para todos os parceiros da rede da rede social e, muitas destas ações são realizadas com pouco dinheiro.

Na área da Saúde, esclarece que a saúde ocupacional, o município tem feito um esforço muito grande e tem conseguido, quer no domínio das obrigações legais da autarquia, enquanto entidade patronal, quer no domínio da saúde laboral, nos exames médicos, nos equipamentos de proteção individual, na higiene e segurança do trabalho, nas valências de medicina do trabalho, de enfermagem, psicologia e a ação social que é importantíssimo para trabalhadores e trabalhadoras que também têm dificuldades do foro pessoal, portanto, nos cuidados que têm para reforçar a saúde preventiva, vacinação, rastreios e análises clínicas, como também nos exames complementares, nas campanhas de sensibilização em relação ao álcool e tabaco, em relação às doenças do foro oncológico, à alimentação saudável e, depois, no âmbito do "Eu participo" com os trabalhadores, o "mexa-se no trabalho" que ainda hoje, dá nota de uma reunião para alargar o ioga, para além da ginástica laboral que já está bastante expandida na estrutura. Destaca ainda, o trabalho que tem sido feito para que os trabalhadores possam ter formação, não só formação específica para a sua atividade laboral, mas também formação para

progredir e, recentemente houve um conjunto de trabalhadores que terminaram o 9.º e o 12.º ano de escolaridade.

Dá nota que abriu a extensão do Centro de Saúde Sul em Pinhal Novo, com uma grande intervenção por parte do município, que ao longo de anos apoiou a população do Pinhal Novo nesta reivindicação, com a cedência do terreno, na promoção da candidatura que acabou por concretizar esta unidade de saúde, na fiscalização da obra, e fez com que houvesse um aumento de profissionais de saúde e um aumento da melhoria da qualidade da prestação dos serviços de saúde, mas não podem cingir-se só a esta unidade de saúde, pois o concelho tem uma grande dimensão territorial, com outras extensões de saúde onde há dificuldades por falta de médicos e profissionais de enfermagem e, recorda o encerramento temporário das extensões de Saúde de Poceirão, de Águas de Moura e Bairro Alentejano por falta de assistentes técnicos e assistentes operacionais.

Por último, dá nota que esta semana vão estar no Politécnico para falar no Plano Local de Saúde, Um Plano entre o Aces Arrábida e a colaboração de 3 municípios, Palmela, Setúbal e Sesimbra, portanto, esta educação para a saúde, este papel que têm na prevenção da saúde que, rejeitando esta descentralização de competências, pretendem estar abertos com um espírito colaborativo. Destaca ainda que Palmela é o município embaixador da vacinação.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta os presentes e refere que este é um orçamento em que a CDU fez o que se impunha fazer, um exercício de estratégia e visão de futuro. Este orçamento está moldado com elevado rigor, exigência e sustentabilidade financeira. É um orçamento que projeta desenvolvimento no concelho, garante o bem-estar e qualidade de vida aos seus munícipes, mas é também um orçamento que aumenta o rendimento das famílias, que as protege, dá confiança às empresas locais, potencia mais investimento e criação de emprego, porque estimula o desenvolvimento da economia no concelho e, por isso mesmo, é um orçamento positivo, uma vez que incorpora medidas positivas, como a nova redução do IMI, a isenção da taxa da derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros, com reduções e isenções de taxas e outras medidas de incentivo ao investimento. É um orçamento que aposta na dinamização económica e na atração turística, na sua crescente promoção do território e dos produtos da região. É um orçamento de confiança e futuro, porque aposta nos jovens e nas políticas de juventude, na crescente participação na vida do concelho. O Sr. Vereador Paulo Ribeiro teve oportunidade de falar do Plano Municipal para a Juventude e esclarece que o município não esteve de braços cruzados durante um ano, aliás, durante este ano, foi feito benchmarking com várias autarquias, procurando saber o que estão a fazer neste domínio dos planos municipais para a juventude e foi construída conceptualmente, uma estratégia, que não vai ser implementada apenas pela autarquia, vai ser debatida, refletida com os jovens, com as suas associações representativas e é assim que vai trabalhar, em parceria e em rede, porque acredita que só assim, será possível produzir melhores resultados.

Refere ainda que este é um orçamento de compromissos, porque o cumprimento do programa eleitoral sufragado pela população está numa fase muito adiantada e, por isso, é um orçamento de obra feita, de obra em curso e de obra que continuará a nascer ao longo do ano 2020.

Depois, os/as Srs./as Vereadores/as falaram em muitas áreas, desde o ambiente, turismo, juventude, enfim, mas não conseguiram, em nenhuma das intervenções, desmentir estes factos, porque estão perante um orçamento com qualidade e com futuro, aliás, nenhuma manobra de contorcionismo que possam aqui fazer, vai permitir fazer uma leitura diferente.

Depois, refere que neste debate, assistiu ao colapso do sentido de responsabilidade política dos/as Srs./as Vereadores/as, porque quando se reduz a pó, aquilo que foi feito ao longo de muitos anos, pelos agentes turísticos na construção e na afirmação do turismo em Palmela, com um conjunto de frases feitas que foram aqui ditas pelo Sr. Vereador Raul Cristovão, não vale a pena acrescentar mais nada, porque um dia que queiram discutir, de uma forma séria, o desenvolvimento turístico no concelho, poderão conversar, mas se for para expressar frases feitas e lugares comuns, fica evidente o desconhecimento desta área pelos Srs. Vereadores do PS. As políticas medem-se por resultados e como tal, aproveita para dar nota de um número para o Sr. Vereador Raul Cristovão refletir, em 2009 o concelho de Palmela tinha 45.000 dormidas e, em 2017, 106.000 e, isso não aconteceu por acaso, é fruto do trabalho dos agentes turísticos e da autarquia. Portanto, o Sr. Vereador Raul Cristovão revelou um grande desconhecimento daquilo que tem sido o papel do município. Um catalisador do desenvolvimento, constrói parcerias e construiu uma estratégia em parceria com os agentes locais e regionais, como por exemplo o projeto Almenara que é um trabalho em parceria com o município de Lisboa e que ainda vai dar mais resultados e novidades no ano 2020, depois o investimento de milhões de euros que está a ser feito no Castelo de Palmela, no investimento do núcleo Museológico Ferroviário de Pinhal Novo, na internacionalização da marca "Palmela Conquista", portanto, isto é estratégia e visão de futuro. Palmela está, hoje, nos principais fóruns de decisão a nível internacional, na direção da Rede Europeia de Cidades do Vinho, na direção da Associação Internacional de Enoturismo e outras associações que reúnem municípios de todo o mundo e, certamente não será por acaso, mas sim por mérito do trabalho que esta autarquia tem desenvolvido ao longo de muitos anos. Depois quando a Sra. Vereadora Mara Rebelo falou sobre a economia do país, da evolução dos números, ficou quase com a sensação que estavam no paraíso, de facto, houve uma evolução positiva, mas estão muito longe daquilo que todos gostariam de estar, nesta fase da vida nacional. Aliás, teria gostado que a Sra. Vereadora Mara Rebelo tivesse mencionado o incumprimento da Lei das Finanças Locais, porque nos últimos 10 anos, as autarquias perderam, por via desse incumprimento, 3,5 mil milhões de euros, portanto, imagine o que teria sido possível às autarquias deste país fazer com essa verba. Depois, também não ouviu nessa intervenção da transferência de encargos para a autarquia e a desresponsabilização do Estado Central em matérias como a saúde, a educação, questões que o PS tem aplaudido e andam a atirar foguetes, mas depois, vão ver

qual vai ser o resultado, o verdadeiro impacto destas medidas no orçamento das autarquias, porque os dados que vão surgindo, não são muito favoráveis.

Por fim, relativamente à intervenção da Sra. Vereadora Palmira Hortense, refere que da mesma forma que referiu que não se ia alongar muito, retorque que também não vai alongar muito uma vez que a Sra. Vereadora Palmira Hortense falou pouco e não disse coisa nenhuma.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o PS já terminou a intervenção sobre o orçamento, mas ainda assim tem de comentar a intervenção do Sr. Vereador Luís Miguel Calha para acrescentar que isto pareceu uma sopa caramela, todos os assuntos couberam, estivessem ou não escritos no orçamento.

O **Sr. Presidente** refere que, de facto, o Sr. Vereador Pedro Taleço não tem estômago para trabalhar num concelho onde se come muita sopa caramela, portanto, isto não é para qualquer um.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha tem um défice de humildade e modéstia, algo que considera preocupante e são valores que não se aprendem na escola, aprendem-se com a vida e parece que a vida não o ensinou.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a colaboração democrática tem destas situações e refere que 3,5 mil milhões de euros, em 10 anos, a dividir por 308 municípios não é assim tanto. Depois, acrescenta que em relação àquilo que o Sr. Vereador Adilo Costa disse, face ao aumento face a 2019 de meio milhão de euros com custos com o pessoal, tendo em conta ao que estava previsto para 2019, por exemplo nas alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório dos trabalhadores, que era de 385 mil euros em 2019 e para o ano são só 46 mil euros, para 30 trabalhadores, as horas extraordinárias até descem, face à previsão que havia, questiona se pode inferir que este, quase meio milhão de euros, o grosso da alteração, porque o recrutamento de pessoal, as alterações obrigatórias, as progressões e outras situações, têm rubricas próprias, portanto, será que esta verba de meio milhão de euros está relacionada com a alteração da estrutura orgânica da autarquia. Recorda que quando aprovaram o mapa de pessoal, fez várias vezes esta pergunta sobre o quanto esta medida iria custar esta reorganização da autarquia, por isso volta a questionar se este incremento de meio milhão de euros está relacionado com a alteração da estrutura orgânica da autarquia.

Sobre a questão, da aposta na participação dos jovens, refere que todos os anos têm essa questão da aposta da participação dos jovens, mas é efetivamente todos os anos, o plano de atividades relativamente a juventude é uma repetição do ano anterior e há sempre uma justificação, mas não passam daqui e continuam sem um Plano Municipal de Juventude.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** agradece os esclarecimentos do Sr. Vereador Adilo Costa e refere que, efetivamente a construção da Escola Básica em Palmela é necessária, terá sempre o apoio do PS e espera que essas rubricas comecem a aparecer para que se possa começar a

desenvolver o projeto, porque é fundamental para a melhoria dos equipamentos educativos do concelho, sobretudo na freguesia de Palmela.

Em relação ao Projeto Educativo e ao Planos para a Igualdade, são duas situações em que a CDU e o PS têm noções diferentes porque, de facto, são duas visões diferentes sobre o que é um projeto educativo e, sobretudo, como é que o podem implementar e que resultados poderiam retirar ou não, com a intervenção de todos os agentes educativos. O que está feito, está bem feito, mas começa a sentir que é necessário evoluir, uma vez que atualmente, existem novas questões que são colocadas ao ensino na escola pública relacionadas com outras problemáticas que não somente o sucesso. Por isso, se calhar, era importante começar a introduzir, mesmo naquilo que o Sr. Vereador Adilo Costa considera que deve ser um Projeto Educativo e não vão agora discutir teorias, mas era bom que se evoluísse para outras temáticas ou se associassem outras temáticas para dar mais corpo e força ao objetivo que se pretende.

Em relação ao Plano para a Igualdade, refere que continua a ser construído e nunca mais aparece, enfim, espera que não se passe o mesmo com o Plano Municipal da Juventude.

Depois, vai optar por não responder ao Sr. Vereador Luís Miguel Calha, porque há intervenções, que pelo estilo, pela forma e conteúdo, não merecem discussão e muito menos resposta.

O **Sr. Presidente** refere que independentemente da forma e dos conteúdos, estas intervenções revelam o posicionamento de cada uma das bancadas sobre a importância deste documento estratégico para o concelho. Depois, lamenta que em algumas matérias, sobretudo quando participam em algumas inaugurações e eventos, todos queiram retirar mérito disso. De facto, há um conjunto de questões que revelam que estão do outro lado da barricada e que, às vezes não estão propriamente a colaborar e a criar condições, para que muitas das questões que pretendem ver resolvidas, em benefício das populações e do território, sejam efetivamente concretizadas. Porque, independentemente daquilo que cada um diz em campanha eleitoral e, há quem esteja sempre em campanha eleitoral, na forma como promete com algumas situações, era expectável que houvesse mais reconhecimento, no âmbito de um executivo municipal que tem tido da parte do partido maioritário, uma abertura total para debater propostas alternativas, para acolher propostas de melhoria ao seu programa de mandato, para ter com a oposição um diálogo que não encontra na generalidade dos municípios da região e do país. Portanto, algumas intervenções que foram feitas, de facto, dececionam e revelam hipocrisia que esperava e, evidentemente que não têm de estar de acordo com tudo, que têm, possivelmente, vários modelos de análise. Portanto, nesta discussão, deviam centrar-se objetivamente na clarificação dos aspetos que acham que estão menos bem no orçamento municipal e, há análises que acolhe, respeita, até porque todas merecem resposta, porque não se não furta a qualquer tipo de discussão, mas há outras que, de facto, carecem de uma melhor documentação e comprovação sobre as afirmações que fazem. Porque se for apenas para colocar nalgumas parangonas nos jornais, até porque se vê a presença e a ausência de

alguns quando algumas pessoas falam, mas para discutir este assunto, seriamente, enfim, considera que é preciso outro tipo de discurso. Também percebe, como algumas posições do município que são claras e objetivas, chegam à comunicação social como são tratadas por determinada comunicação social, portanto, nessa matéria já todos conhecem as regras do jogo e sabem que têm muita coisa a combater.

Esclarece que, às vezes, não é preciso convencer, mas considera que é importante rebater algumas questões e desmontar alguns argumentos numa perspetiva de esclarecimento. Refere que, felizmente, este trabalho é eminentemente técnico e que a intervenção do executivo municipal, na forma e conteúdo deste excelente documento que é apresentado, até para perceberem melhor, porque quando se faz uma avaliação, convém fazer uma avaliação criteriosa e compará-la com aquilo que é feito noutros municípios. Aliás, têm muito pouca interferência ou nenhuma nestas matérias, trata-se de números, documentos que são publicados por organismos oficiais e a análise, naturalmente, tal como se olha para um gráfico, consegue ver ou não, mas, se calhar, depende do prisma de análise ou daquilo que se quer fundamentar. Em relação ao ano 2008, tem sido sistematicamente utilizado nos orçamentos, porque desde essa data houve mudanças na forma de tributar e, também houve uma crise notória na economia no mundo e no país. Portanto, assistiu-se a um paradigma diferente da Lei das Finanças Locais e, de facto, é importante quando vêm para aqui dizer que o IMI é muito, esclarece que o município necessita que toda a gente pague IMI, ter tudo legalizado, porque aí já se pode colocar na taxa mínima. Qual é o problema de aumentar essa receita, qual é o problema de aumentar o IMT, se o município necessita dessa receita e chamaram o ano 2008 à colação, porque em 2008, as receitas destes impostos eram muito superiores, tal como a derrama que só começa a ter alguma expressão agora, um concelho que tem multinacionais e uma delas é a que mais contribui para o Produto Interno Bruto do país e para as exportações. É importante perceber que só agora começam a aparecer alguns dados, que nem de perto nem de longe, vão conseguir repor o equilíbrio que deveriam ter tido em anos anteriores e este relatório de enquadramento orçamental tem de ter isto presente, para se perceber. Aliás, qualquer dia, vai rebuscar o que disseram em anos anteriores, para perceber os argumentos que eram utilizados nessa altura e os argumentos que hoje estão a utilizar, para tentar desvalorizar o trabalho de rigor, equilíbrio, ponderação e prudência que levou hoje, a poder olhar os projetos de desenvolvimento deste território com outra confiança e com outro otimismo, com outro nível de concretização. Portanto, a questão de 2008, não é para justificar o injustificável, porque é preciso conhecer este percurso de concretização de orçamentos em anos anteriores. Em relação a obras e concretizações que já estiveram em orçamento de anos anteriores, esclarece que quem não tiver capacidade para perceber esta leitura, é porque também não tem capacidade para governar, ou seja, é preciso ter dotações no orçamento para o município se poder candidatar, depois, há candidaturas e avisos que demoram 2 anos, é necessário ter verba para realizar estudos prévios, sondagens, projetos, para poder lançar

procedimentos, que é outra fase, porque só se pode lançar procedimentos com verba, seja com fundos próprios, com financiamento do Estado ou com empréstimos e, portanto, todo este faseamento de obras, em qualquer período, isto acontece. A este fenómeno de natureza técnica, juntam-se as questões que acontecem na generalidade dos municípios do país, incluindo Palmela, com empresas com incapacidade para concorrer a determinadas obras e para as executar, com valores a alterar de mês para mês, sempre a aumentar, aliás, Palmela já teve, em algumas obras, de lançar 3 procedimentos para conseguir a sua adjudicação. Depois, todas estas questões têm prazos, o Tribunal de Contas que se queixa não ter gente suficiente para analisar tantos processos, tal como se passa com o Pavilhão do Poceirão, que foi adjudicado em junho, o Salão Nobre adjudicado desde setembro e ainda aguardam visto, também um conjunto de outras obras que aguardam cerca de oito meses por pareceres do INCF, 6 meses à espera do parecer das Infraestruturas de Portugal, portanto, se acham que a autarquia não queria ter estas obras concluídas e outras já a decorrer, é o mesmo que estar a chamar de incapazes e incompetentes a toda a estrutura municipal que é feita de grandes profissionais, que dão muito para ter estas questões o mais depressa na rua. Quando dizem que não há obras novas, como referiu o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, esclarece que só por via do "Eu participo", entram, em média, 3 a 4 novas obras por ano e, uma coisa é olhar para o Orçamento e para o Plano e outra coisa é estudar o Orçamento e o Plano. Depois, quando querem retirar do orçamento aquilo que tem interesse para algumas forças políticas, para tentar dizer que não há concretização, capacidade de execução, visão estratégica. Esclarece ainda que, ainda bem que a economia está mexer, ainda bem que a autarquia vai receber mais dinheiro do Estado central, que há arrecadação de receita, mas mesmo assim, ainda fica aquém daquilo que tem direito, porque a Lei das Finanças Locais continua a não ser cumprida. Oxalá, as projeções mais otimistas das economias, nacional, europeia e mundial sejam todas concretizadas em crescimento, pois vão estar todos, certamente com mais capacidade para usar bem esse dinheiro.

Nas questões com o pessoal, de facto, em algumas ocasiões, dá jeito, passar a mão nos trabalhadores, mas depois incomodam muita gente. Com a nova estrutura, vai depender das pessoas que aceitarem ou não ser dirigentes, por isso é necessário estimar o custo na ordem dos 200 mil euros e já falaram nisso, mas como já foi referido pelo Sr. Vereador Adilo Costa, este executivo não vai deixar passar a hipótese de fazer a opção gestionária, porque assim que exista capacidade financeira para o efeito, irá ser feita. Até a verba que vai reduzindo nas progressões, quando acabar este faseamento, do atraso de anos de que o PSD é responsável, obviamente que as progressões obrigatórias irão desaparecer.

Em relação à Palmela Desporto, refere que já foi discutido noutra ocasião, ainda assim, espera que as senhoras e os senhores vereadores tenham oportunidade de tomar contacto com o trabalho que está a ser feito e até mesmo antes das considerações finais, de falar com a empresa, como na sexta-feira passada, espera que alguns tenham a humildade e a honestidade

intelectual de se retratar de algumas coisas que têm dito, ao longo destes anos, sobre a Palmela Desporto. Porque é preciso saber o que é uma empresa municipal e acha que algumas forças políticas têm-se pronunciado, injustamente e negativamente, sobre o desempenho da Palmela Desporto, sobre o seu impacto na população e que depois, tenham a coragem de se retratar. Esclarece que ainda não conhece a conclusão do estudo, mas há um conjunto de indicadores muito importantes e quando se fala sobre os assuntos deve-se ter em conta a realidade das empresas, quais são os modelos e como é alavancado o seu financiamento, porque já aqui ouviu intervenções, noutros momentos, em que acham que uma empresa é para dar lucro e que o município não tinha de financiar, mas as empresas que dão lucro, são as que exploram o estacionamento pago nos seus municípios, exploram outras receitas que deveriam ser dos municípios. Aliás, aquilo que o preocupa na Palmela Desporto é a contratação de pessoas para poder dar resposta a tanta atividade e a uma pressão cada vez maior, o que significa que é necessário mais equipamentos e esses equipamentos tem de ser construídos por quem é dono da Palmela Desporto, pelo município, e à empresa cabe explorar e rentabilizar esses equipamentos e, fazer com que o bem-estar desportivo e de saúde da população se elevem, por via da atuação desta empresa.

Relativamente à questão sobre a Península Digital, cuja proposta será apresentada na próxima sessão ordinária de reunião de Câmara, já teve a oportunidade de explicar alguns contornos da proposta aos Srs./as Vereadores que quiseram reunir com o executivo sobre esta matéria. Contudo, dá nota que ainda hoje, na Assembleia Intermunicipal da AMRS, as Grandes Opções do Plano da AMRS e a Península Digital foram aprovados por unanimidade, algo que não aconteceu no passado, e que significa que outras forças políticas sabem que há questões a alterar e têm colocado os seus pontos de vista de forma a construir soluções para melhorar e para que seja útil aos municípios. Aliás, um dos projetos estratégicos da Península Digital para o próximo ano, é dar um maior enfoque aos municípios de Palmela e Montijo, sobretudo, na construção do sistema Disaster Recovery, ou seja, Palmela e Montijo vão ser os municípios que primeiramente vão ser beneficiados, enquanto outros, como Almada vão ficar um à espera de outras questões. Destaca, ainda, o facto da comparticipação para a AMRS se manter nos valores de 2018 que, estatutariamente deveriam ser atualizados todos os anos, em função das receitas que os municípios recebem do Orçamento Geral do Estado, o que significa, também, um esforço da equipa da AMRS para conter os custos para que os municípios não sejam sobrecarregados.

Em relação a outras pequenas questões que foram colocadas, nomeadamente na recolha porta-a-porta, esclarece que este modelo está a ser implementado por fases, com a compra dos baldões, mas só pode ser implementado quando a Amarsul estiver disponível para o fazer, que já adiou esta questão por 2 anos, portanto, o município está preparado, tem adquirido os contentores, o modelo está desenhado e vai investir em novas viaturas, colocar alguns circuitos de porta a porta com equipas específicas, pelo que o trabalho está feito e, obviamente

alavancará financeiramente este projeto a partir do próximo ano, aliás, existem outros municípios do PS e PSD que também têm o mesmo projeto e não conseguem implementar, portanto, esclarece a autarquia de Palmela está a trabalhar nos processos, mas há questões que não dependem exclusivamente da decisão e vontade política da autarquia. E, se o Plano Plurianual de Investimentos é para 4 anos, é normal que já tenham visto lá determinadas obras que nem fazem parte de alguns programas eleitorais e até já aprenderam que é necessário pôr lá aquelas obras e aqueles investimentos e tem de ver com planeamento estratégico, porque para prever uma nova escola, é evidente que já têm um terreno sinalizado, depois para começar a fazer o estudo, que do ponto de vista da demografia, da carta educativa, das zonas de influência já está inclusivamente feito. Portanto, a CDU tem visão de futuro, porque já tem a monitorização da carta, que só não está feita de acordo com as novas regras e é importante que se diga porque, às vezes, dizem aqui ou na Assembleia Municipal que a Carta Educativa ainda não existe e, clarifica que ainda não existe porque um determinado governo não a regulamentou como é que deve ser feita agora. Portanto, este é um orçamento de verdade e é também uma verdade que orçamento real, só o irão ter na revisão, o ano e o volume de investimento do ano ver-se-á aquando da revisão, com o saldo de gerência, porque ainda há muita verba a definir, muita obra a definir, mas o facto da verba estar definida, não quer dizer que o projeto não possa ser feito, quando é feito internamente, não quer dizer que a generalidade dos estudos que fazem internamente, não possam ter essa obra preparada para lançar os respetivos procedimentos concursais assim que tiver cabimentação orçamental. Depois, sobre o projeto-piloto de perdas de água, esclarece que foi desenvolvido com o LNEC e Palmela foi um dos poucos municípios da Península de Setúbal que participou e aquilo que lá foi feito, no diagnóstico e foi proposto, está relacionado com a reabilitação de condutas, com válvulas, telegestão, telecontagem, com elevação de zonas baixas para zonas altas, horas de captação, para otimizar e garantir a qualidade do abastecimento. Também neste âmbito, a autarquia fez uma candidatura ao POSEUR e já teve resposta, que tem resultado positivo e é por isso que já está aqui com a cabimentação da parte que compete ter, mas também irão ser feitas outras ações desta natureza.

Relativamente à intervenção da Sra. Vereadora Palmira Hortense, refere que não se pode confundir IMT com licenciamentos, aliás não estão relacionados em nada, depois, continua a ser populista aparecer numa reunião de Câmara com uma proposta de isenção de IMI para bombeiros, ilegal, sem fundamentação técnica e política. Continua a ser populista, alguns municípios aprovarem e anunciarem medidas desta natureza e passados 2 ou mais anos não terem conseguido aplicar essa redução ou isenção, e dá nota que já aqui tiveram essa discussão e ficaram todos a perceber melhor, que esta possibilidade, ainda um pouco confusa, passou a estar explanada na Lei desde maio deste ano e o compromisso político da CDU comprometeu-se a parar o processo do regulamento de concessão de benefícios aos bombeiros e bombeiras do concelho, porque considerando que tinha estado em discussão pública e que irá

ser novamente apresentado em reunião de Câmara, que a partir de maio, com um estudo que a autarquia tem estado a desenvolver durante o Verão, com missivas à Associação Nacional de Municípios Portugueses, a vários Gabinetes da área jurídica para encontrar uma solução que permita uma redução de IMI aos bombeiros, porque tem de ser cruzado com o Código do IMI e com o Regulamento, portanto, certamente que no ano seguinte já irão poder ter o regulamento com este benefício fiscal para os bombeiros que cumpram todos os requisitos do estatuto. Portanto, também nesta matéria, como já disse no ano passado ao MIM, grande parte das questões que têm referido, estão integradas no programa de mandato e, por isso, nesta medida, espera do MIM, apoio a este orçamento. Depois, quando o MIM falou de um serviço médico para as freguesias rurais, que só pode ser feito no âmbito daquilo que é permitido às autarquias fazer, vão ter no concelho um serviço com teleassistência, aplicação de tarifas sociais, ou seja, a autarquia tem ido ao encontro, porque isso faz parte do conjunto de objetivos que cada um apresentou ao eleitorado. Sobre os atrasos no licenciamento, tem sido referido, com muita humildade que a autarquia tem tido problemas no funcionamento da administração urbanística e sem problemas alguns em reconhecer esse facto, porém, acrescenta que a nova organização do serviço está a ser testada e, daria melhores resultados se as contratações que se fizeram não tivessem, entretanto já fugido, porque é muito difícil trabalhar nestas áreas. Aliás, haverá sempre problemas e acusações desta natureza, porque também nesta matéria, em abono da verdade e na defesa dos técnicos e trabalhadores que, de facto, são inexcedíveis para responder a todas as solicitações, e grande parte se não à totalidade dos investimentos estratégicos para o concelho, têm tido da parte da Câmara Municipal de Palmela, do Gabinete de Planeamento Estratégico do PDM, do Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção de Investimento, da Divisão de Administração Urbanística e da Divisão de Estudos, Projetos e Obras Públicas uma prioridade que tem permitido que esses investimentos se mantenham no concelho de Palmela e não fujam para outros países sem deixar de cumprir a lei, mas em relação ao facto de haver muitos requerentes, é obrigatório respeitar a Lei, e na Câmara Municipal de Palmela não se faz jeitinhos a ninguém, portanto, é normal que o PDM, que será entregue até final deste ano na CCDR, está neste momento a ser entregue para avaliação ambiental estratégica não vá agradar a todas as pessoas. Depois, na discussão do PDM é que vão poder ver quem é que, efetivamente, tem preocupações com o ambiente, com o território, com a impermeabilização do solo, com a especulação imobiliária e financeira, porque até prefere perder votos, a perder a dignidade ou a incumprir qualquer norma legal.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que sabe distinguir perfeitamente o que é licenciamento e IMT.

O **Sr. Presidente** refere que a oposição faria diferente e ainda bem, até porque a CDU acha que está a fazer o que é preciso, com um Plano Estratégico, requalificação urbana, regeneração e inovação, um ecossistema empreendedor, com uma marca de turismo prestigiada, com

turismo em torno do património, da cultura, das artes, da natureza e dos eventos desportivos. Felizmente, que outros continuam a escolher Palmela para visitar, para trabalhar, para investir, reconhecem que a autarquia tem esta visão estratégica de futuro, da qual destaca o aumento do nível de infraestruturização do território mais extenso da Área Metropolitana de Lisboa e com mais desafios provocados pela dispersão geográfica e recuperação de atrasos que houve nalgumas zonas de infraestruturização, por isso não aceita populismos, porque quem opta por viver no campo só tem licença para auto-infraestruturização e não pode exigir investimentos de milhões de euros para servir 2 ou 3 pessoas. É um direito viver no campo desde que cumpra os planos de ordenamento do território, mas tem naturalmente diferenças relativamente à cidade, tem vantagens e desvantagens. Aliás, 90% dos concelhos de Portugal, sem apoio do POSEUR, não despende um cêntimo em projetos desta natureza como Palmela tem estado a fazer, portanto, aquilo que é pretendido é que alguns critérios de financiamento sejam alterados, porque nestas zonas periurbanas é necessário continuar a aumentar a infraestruturização e, nessa lógica de visão estratégica, o concelho de Palmela tem hoje uma economia sustentável de base local, coesa e resiliente a ciclos de recessão e é uma economia sustentável com base no compromisso, na inovação e no conhecimento. Não foi por acaso que determinadas empresas como a Hanon Systems, escolheram o concelho de Palmela para se fixar e até têm tomado decisões aqui para garantir que este projeto de interesse nacional não abandone o concelho e, para chegar a este ponto, são anos de trabalho; também não é por acaso que uma série de empresas estão a procurar a zona de Vila Amélia, porque estão satisfeitas com as intervenções que estão a ser feitas, nomeadamente com o projeto Hub10, sobretudo daquela rotunda, portanto, depois de muitas reclamações, salienta que já começam a receber elogios, porque depois das obras concretizadas, toda a gente reconhece a mais-valia e, assim foi na Escola Básica de Quinta do Anjo, está a ser na 1ª fase do Hub10, no Jardim José Maria dos Santos, entre outras. Acredita sobretudo numa comunicação e informação isenta, clara, informativa e pedagógica, em vez de uma informação especulativa e mal dizente, porque os cidadãos precisam de estar informados para perceber como decorrem estas obras e os períodos da sua concretização.

Refere que o compromisso das 401 medidas, que já vão em 470, vão procurar chegar ao final do mandato com estes compromissos assumidos e se no orçamento for preciso colocar ou retirar verba, isso faz parte da técnica orçamental necessária para poder lançar os procedimentos na altura certa e com legalidade. Projetos como a Ribeira da Salgueirinha e a intervenção de natureza estrutural no Castelo, que estão atualmente em execução, é pouco relevante que tenha sido dada mais uma prorrogação de prazo, porque aquilo que interessa é, que a obra esteja a ser feita, portanto, há que ter isto em consideração, porque, ao contrário de há 2 anos, quando estavam a inscrever obras para as poder candidatar, para poder fazer estudos e projetos, neste momento, estão a inscrever essas obras num empréstimo, para lançar a obra no dia seguinte à sua aprovação pelo Tribunal de Contas e, de facto, acredita que

o ano de 2020 vai ser o ano do lançamento da generalidade dos grandes projetos estratégicos, sendo que outros já tiveram, felizmente concretização. Aliás, no compromisso de mandato, têm sido acrescentados outros desafios e é por isso que é um plano plurianual e que vai até 2023.

Depois, entende-se que há algumas diferenças, inclusivamente na forma de fazer e planear, mas não há neste instrumento estratégico, que é rigoroso, falácias, até porque nele estão a admitir que irá ser com empréstimo e com o saldo de gerência que se pode definitivamente colocar todas estas questões em marcha. Também não se pode dizer que há falta de um plano estratégico para o concelho, porque aquilo que estão a fazer, não só é cumprir os compromissos que já têm alguns anos, como a lançar as bases para esta crescente atratividade do território e não é por acaso, que as pessoas continuam a querer viver neste concelho. Depois, sobre a questão do IMT, o município irá lançar um projeto, no próximo ano, que está relacionado com a mudança do paradigma na área da habitação e não foi aqui dito, porque há matérias que não têm de ter explanação orçamental e que estão em curso, nomeadamente a estratégia local de habitação, cujo estudo irá dar as linhas mestras de atuação necessárias fazer no território, face a este novo paradigma, para garantir ter neste concelho casas para alugar a custos controlados para quem precisa e, em particular, para os casais jovens e nesta matéria, o município vai investir, com parceiros públicos, utilizando, naturalmente os fundos e financiamentos que existem, mas também com parceiros privados. Portanto, este é um orçamento que vai permitir que se orgulhem no voto de confiança que é dado para a concretização deste conjunto de investimentos essenciais para o território de Palmela.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro e a abstenção dos/as Srs./as Vereadores/as Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo e Palmira Hortense. Aprovado em minuta.**

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**

### **DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

#### **PONTO 4 – Mapa de Pessoal para o ano de 2020.**

##### **PROPOSTA N.º DADO-DRH 01\_24-19:**

«No âmbito do planeamento e gestão integrada de recursos humanos, preconizados pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) – em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, em articulação com o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o mapa de pessoal é um instrumento previsional, com vigência temporal anual, que representa e incorpora a previsão dos postos de trabalho considerados necessários ao cumprimento/prossecação dos objetivos da organização e ao desenvolvimento das atividades

municipais, atentas as respetivas atribuições e competências, contribuindo para uma cultura organizacional orientada para a prestação de um serviço público de qualidade, de acordo com critérios de eficácia, eficiência, racionalização e otimização de meios. O mapa de pessoal constitui, assim, um referencial fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, o qual, nos termos da LTFP, deverá ser aprovado anualmente, em simultâneo, com a proposta de orçamento municipal para vigorar no ano seguinte (cfr. n.º 3 e 4 do art.º 28.º).

Considerando a implementação do novo modelo de organização dos serviços municipais da autarquia, que entrará em vigor a partir de 2020, a elaboração da presente proposta de mapa de pessoal reflete as alterações e os ajustamentos efetuados na anterior estrutura orgânica, vigente desde abril de 2016, determinando a criação de novas unidades orgânicas e a redistribuição de competências e de funções entre as unidades existentes. As agregações dos postos de trabalho aos diversos serviços municipais, tiveram por reporte a informação disponível, designadamente o mapa de afetações de pessoal por áreas funcionais. Realça-se que, os necessários reajustamentos ao mapa de pessoal serão efetuados de acordo com o plano de implementação da nova estrutura orgânica.

A proposta de mapa de pessoal para 2020 inclui um total de 1083 postos de trabalho, dos quais 909 estão ocupados e 103 vagos, alguns destes (37) destinados a salvaguardar situações nas categorias de origem de trabalhadoras/es que se encontram, designadamente, em regime de mobilidade intercarreiras/intercategorias, regime de comissão de serviço em cargos dirigentes, períodos experimentais e mobilidades na categoria em outras entidades.

Os postos efetivamente vagos em conjugação com os 71 postos de trabalho a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar (8) ou com recurso ao instrumento da mobilidade na categoria com o objetivo de suprir necessidades permanentes de serviço.

Salienta-se que, durante o ano de 2019, no âmbito dos diversos serviços municipais, se efetivou a mobilidade interna na categoria de 19 trabalhadoras/es, bem como 1 mobilidade intercategorias (encarregado operacional) e 1 mobilidade intercarreira (encarregado de brigada de serviços de limpeza), as quais, precedidas da concordância das/os respetivas/os trabalhadoras/res, tiveram subjacente razões de conveniência para o interesse público. Tal permitiu adequar as competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e conseqüentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação das/os trabalhadoras/res.

Foram ouvidas as organizações representativas das/os trabalhadoras/es.

Face ao exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 01 de novembro e 50-A/2013, de 11 de

novembro, delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela que nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a) do n.º 2 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no art.º 29.º da LTFP, delibere aprovar o mapa de pessoal para o ano 2019, em anexo.»

**Sobre a proposta Mapa de Pessoal para o ano de 2020, numerada DADO-DRH 01\_24-19, o Sr. Vereador Adilo Costa acrescenta o seguinte:**

. Acrescenta que a proposta prevê uma adequação à nova estrutura orgânica, mas a afetação funcional corresponde à afetação disponível através das aplicações informáticas de recursos humanos e, depois à medida que vai sendo implementada, vai sendo adequada, ou seja, significa que irá ser uma afetação, ainda que com algum nível de previsibilidade, mas suficientemente ampla para permitir esta implementação. Depois, esclarece que a criação de novos lugares é para satisfazer as necessidades que já foram referidas.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que o MIM vai abster-se, porque solicitados esclarecimentos, já há algum tempo, sobre o funcionamento, as alterações e sobre os incrementos salariais, ainda não foram disponibilizadas e é por essa razão, que o MIM irá abster-se nesta proposta.

O **Sr. Presidente** esclarece que, de fato, estranhou algumas das questões suscitadas pelo MIM, porque são públicas e podem ter acesso às mesmas através na página interna da internet do município e, provavelmente essa resposta poderá estar a demorar mais, porque os serviços municipais, estão certamente a querer prestar um maior detalhe na informação que teve de ser escrutinada, nomeadamente no âmbito da lei da Proteção de Dados e, só por esse o motivo. De resto, há um conjunto de dados que foram solicitados que podem, através do apoio técnico e secretariado do MIM aceder. Ainda assim, irá procurar fazer chegar essa informação, o mais rápido possível, dentro daquilo que legalmente seja possível informar.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** em relação a este pormenor esclarece que para se concretizar este orçamento, para a execução deste mapa de pessoal e com a adaptação à nova estrutura orgânica, os serviços municipais têm estado a trabalhar afincadamente e, por isso, não se trata de nenhum esquecimento e, certamente que o MIM irá ter acesso a essa informação que solicitou tendo em conta o quadro legal que o Sr. Presidente referiu. Contudo, essa questão poderia ter sido colocada informalmente, e se calhar esta posição do MIM teria sido diferente.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que é dito com frequência para que este tipo de solicitação seja efetuado através do Gabinete da Presidência.

O **Sr. Presidente** refere que deverá ser assim, mas esclarece que também outras matérias que seguem pelos trâmites oficiais, não impede que possam conversar com o executivo sobre determinadas questões, aliás, sobre muitas matérias que têm sido propostas em reunião de

Câmara, tem havido telefonemas, esclarecimentos e conversas que são perfeitamente normais e com a disponibilidade total para o efeito da parte do executivo municipal.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/as Srs./as Vereadores/as Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo, Paulo Ribeiro e Palmira Hortense. Aprovado em minuta.**

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**

### **DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO**

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

**PONTO 5 – Pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo.**

#### **PROPOSTA N.º DADO-DFA 01\_24-19:**

«Considerando que:

- a) A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), determina, no n.º 2 do art.º 51.º, que os investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazos, para além de identificados no respetivo contrato de empréstimo, quando ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal;
- b) É intenção do Município contratualizar um empréstimo de longo prazo, no montante de 4.001.722,00€ (quatro milhões, mil setecentos e vinte e dois euros), para financiar um conjunto de investimentos que ultrapassam os 10% das despesas de investimento do orçamento do exercício;

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para cumprimento do n.º 2, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprove para submissão a discussão e autorização da Assembleia Municipal, a lista de investimentos a financiar por empréstimo de médio e longo prazo, constantes do quadro seguinte:

<b>Designação</b>		<b>Valor Empréstimo</b>
1.	Requalificação da EB Zeca Afonso	268.000,00 €
2.	Construção do pavilhão da Escola Secundária de Palmela	600.000,00 €
3.	Infraestruturação da Lagoinha - 2ª fase	413.859,00 €
4.	Projeto e obra da Encosta do Outeiro	246.000,00 €
5.	Ampliação e Remodelação das Redes de Águas Residuais Domésticas e Pluviais	462.900,00 €
6.	Beneficiação do Jardim Ferreira da Costa, Venda do Alcaide	200.000,00 €
7.	Beneficiação do Jardim de Cabanas	201.400,00 €
8.	Cineteatro S. João - apoio à eficiência energética	289.563,00 €
9.	Abertura de novo arruamento entre a Av. Joaquim Lino dos Reis e a rua de Aljubarrota, em Aires	280.000,00 €
10.	Pavimentação de Troço da Rua Florbela Espanca e Rua do Lagar, Volta da Pedra	140.000,00 €
11.	Pavimentação da Rua António Roldão - Lau	230.000,00 €
12.	Pavimentação da (Rua) Estrada do Montinhoso	340.000,00 €
13.	Pavimentação da Estrada / Rua Quinta da Várzea	170.000,00 €
14.	Pavimentação do Aceiro da Fonte da Prata - Pinhal Novo	160.000,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>4.001.722,00€</b>

.>>

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

**PONTO 6 – Pedido de autorização prévia dos investimentos candidatados ao «Portugal 2020» a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo.**

**PROPOSTA N.º DADO-DFA 02\_24-19:**

«Considerando que:

- a) A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALDI), determina, no n.º 2 do art.º 51.º, que os investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazos, para além de identificados no respetivo contrato de empréstimo, quando ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal;
- b) É intenção do Município contratuar um empréstimo de longo prazo, no montante de 3.430.896,00€ (três milhões, quatrocentos e trinta mil oitocentos e noventa e seis euros), para financiar a contrapartida nacional de operações de investimentos aprovadas no âmbito do «Portugal 2020», recorrendo à «Linha BEI PT2020 – Autarquias», investimentos que ultrapassam os 10% das despesas de investimento do orçamento do exercício;

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para cumprimento do n.º 2, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprove para submissão a discussão e autorização da Assembleia Municipal, a lista de investimentos a financiar por empréstimo de médio e longo prazo, a candidatar «Linha BEI PT2020 – Autarquias», constantes do quadro seguinte:

	<b>Designação</b>	<b>Valor Empréstimo</b>
1.	Requalificação do Monte do Francisquinho em Pinhal Novo	377.000,00 €
2.	Requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho	364.000,00 €
3.	Requalificação da Capela de S. João Batista	195.000,00 €
4.	Requalificação do antigo edifício PAL	123.000,00 €
5.	Requalificação do antigo edifício da GNR	187.000,00 €
6.	Implementação de Sistema de Controlo de Perdas de Água	180.000,00 €
7.	Remodelação do Jardim José Maria dos Santos, articulação com o antigo largo da Mitra, em Pinhal Novo Sul	258.733,00 €
8.	Ligação do largo adjacente à Rua Infante D. Henrique (antigo largo da Mitra) à zona central de Pinhal Novo	69.263,00 €
9.	Requalificação de espaços públicos e arranjos exteriores em Fernando Pó	51.075,00 €
10.	Requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura	198.172,00 €
11.	Requalificação do Antigo Polidesportivo do Poceirão	275.000,00 €
12.	Eficiência energética em edifícios municipais	410.153,00 €
13.	HUB10 - Plataforma Humanizada de Conexão Territorial - Concelho de Palmela	550.000,00 €
14.	PRARRÁBIDA CAFA - Castelos e Fortalezas da Arrábida	192.500,00 €
	<b>TOTAL</b>	<b>3.430.896,00 €</b>

.»

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.**

## **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Cerca das dezoito horas e quarenta e um minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

*Álvaro Manuel Balseiro Amaro*

O Diretor do Departamento

*Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*